Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932

Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 18 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.124

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Saldo positivo na abertura de empresas sobe 0,21% em MG de janeiro a junho

Minas Gerais registrou um saldo positivo de 88.824 empresas abertas no primeiro semestre deste ano, de acordo com o Mapa de Empresas, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp). De janeiro a junho, foram formalizados 288.647 negócios no Estado contra o encerramento das atividades de 140.823 empreendimentos. O superávit foi apenas 0,21% superior ao apurado no mesmo período de 2023. **PÁG. 4**

Indústria nacional de alimentos planeja investimentos de R$ 120 bilhões

A indústria nacional de alimentos prevê investimentos de R$ 120 bilhões até 2026. Do montante, R$ 36 bilhões foram aportados em 2023, segundo a Abia. Com destaque na produção do setor no País, Minas Gerais receberá grande parte dos recursos. Do valor total, R$ 75 bilhões serão destinados à ampliação e à modernização das plantas, além da implantação de novas unidades. Já R$ 45 bilhões serão canalizados para a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). **PÁG. 6**

Assembleia adia para agosto a votação do projeto da adesão do Estado ao RRF

A votação em plenário da ALMG, em segundo turno, do Projeto de Lei (PL) 1202/2019, de autoria do governo mineiro, que permite a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), foi adiada para agosto. O ministro Edson Fachin, do STF, concedeu uma liminar que atendeu parcialmente o pedido do Executivo para prorrogar o prazo de pagamento da dívida com a União, que venceria em 20 de julho. A obrigação de quitar o débito foi suspensa até 1º de agosto. **PÁG. 7**

Desembolsos de crédito do BDMG batem recorde

FINANÇAS **Banco de fomento liberou R$ 1,42 bilhão no primeiro semestre, um salto de 31%**

EXCLUSIVO

Os desembolsos de crédito do BDMG bateram recorde no primeiro semestre. Os financiamentos do banco de fomento de Minas Gerais chegaram a R$ 1,42 bilhão, uma expansão de 31% sobre o mesmo período de 2023. A instituição financeira também atingiu outro valor histórico, com o volume inédito de captação de R$ 1,11 bilhão.

Em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio, o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, ressalta que o montante equivale a quase 80% de todos os recursos captados ao longo do ano passado, que somaram R$ 1,4 bilhão. As taxas de inadimplência do banco estão menores. De acordo com o executivo, enquanto o mercado financeiro em geral trabalha com níveis entre 2,8% e 3,7% de débitos em atraso, o BDMG vem praticando taxas próximas a 1%.

De janeiro a junho, foram liberados R$ 244 milhões para as micro e pequenas empresas, um crescimento de 32% ante igual intervalo do ano passado. **PÁG. 14**

O BDMG atingiu o volume inédito de captação de R$ 1,11 bilhão de janeiro a junho FOTO: DIVULGAÇÃO / BDMG

A produção do Sistema Sudeste da Vale avançou apenas 0,9% FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / THYAGO HENRIQUE

Produção de minério de ferro da Vale cresce 9% em Minas Gerais

A produção de minério de ferro da Vale somou 75,9 milhões de toneladas em Minas Gerais no primeiro semestre, com avanço de 9% em relação ao mesmo período de 2023. O crescimento foi puxado pelo Sistema Sul (Paraopeba e Vargem Grande), que registrou um aumento de 20,5% na mesma base de comparação. Por outro lado, o Sistema Sudeste (Itabira, Minas Centrais e Mariana) apresentou uma ligeira alta de 0,9% frente a igual intervalo do ano passado, com produção estável. **PÁG. 3**

EDITORIAL

Ainda que vagarosamente, a reforma tributária avança. E, vencida a batalha na Câmara, aguarda agora aprovação do Senado para que se possa afirmar que existe pela frente um cenário que traduz perspectiva de avanços. Hora de entender o porquê de toda essa conversa que se arrastou pelos últimos 30, talvez 40 anos. Falava-se, não custa nada recordar, de redução na carga tributária, de algum alívio para os pagadores e, sim, também da construção de um sistema mais equilibrado e de funcionalidade que faça justiça à sua razão de ser. Foram propósitos que perderam substância ao longo do caminho. **PÁG. 2**

ARTIGOS

O proprietário da Fazenda das Almas, Virgolino Adriano Muniz, atribui o negócio fechado com a Luckin Coffee à qualidade superior do café FOTO: IGOR_ROCHA / EPAMIG

Qualidade do café da Fazenda das Almas conquista o mercado chinês

A sustentabilidade e os cuidados em todo o processo produtivo levaram o café cultivado na Fazenda das Almas, em Cabo Verde, no Sul de Minas, a atrair o interesse da Luckin Coffee. O lote especial de 30 sacas foi incluído nas 120 mil toneladas do grão brasileiro negociadas com a rede chinesa. A Luckin Coffee, com mais de 16 mil lojas na China, assinou um memorando de entendimento com o governo brasileiro para a promoção do café nacional em toda a rede. O acordo deve movimentar cerca de US$ 500 milhões em exportações nacionais de grão. O proprietário da Fazenda das Almas, Virgolino Adriano Muniz, que está na atividade desde 1980, atribui a transação ao trabalho desenvolvido na unidade, com o reconhecimento da qualidade superior do café e o incentivo ao aperfeiçoamento. "Quando uma empresa do porte da Luckin Coffee compra um lote de café especial de uma fazenda, é sinal que se surpreendeu com a qualidade", avalia. **PÁG. 8**

DÓLAR DIA 17

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,4830	R$ 5,4830
TURISMO	R$ 5,5130	R$ 5,6930
PTAX (BC)	R$ 5,4664	R$ 5,4670

EURO DIA 17

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,9759	R$ 5,9776

OURO DIA 17

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.458,69
BM&F (g) R$ 432,81

Indicador	Valor
TR dia 18	0,0920%
POUPANÇA dia 18	0,5925%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

OPINIÃO

Um brasileiro na Alemanha

Carlos Perktold
Psicanalista, escritor e crítico de arte

Notícia recente publicada em jornal paulista nos informa sobre um engenheiro mecânico brasileiro especializado em *software* que faz sucesso na Alemanha. Parabéns para nosso conterrâneo reconhecido em país tão importante. É lamentável que ele não brilhe aqui. A notícia surpreendeu-me e comecei a pensar como um país que já recebeu dezenas de prêmios Nobel, que tinha um gênio chamado Von Braun, mais tarde diretor da Nasa e cujo sonho realizado nos Estados Unidos era enviar alguém à Lua, estava louvando nosso engenheiro. Fiquei orgulhoso dele. Pensei como a velha Alemanha de Bismark, dona de milhares de patentes e cujas fábricas foram desmontadas durante a II Grande Guerra levadas para a antiga União Soviética e reconstruídas depois no país derrotado, chega a elogiar e contratar engenheiro estrangeiro tantas décadas depois.

Durante alguns dias pensei nas razões de isso estar acontecendo no país de Goethe. A única explicação que encontrei foi o trauma do massacre de 60 milhões de pessoas durante a II Grande Guerra, incluindo 25 milhões de russos, nove milhões de alemães, seis milhões de judeus, um milhão de ciganos e homossexuais, afora os cidadãos britânicos, soldados americanos, franceses, poloneses, filipinos, japoneses, italianos, canadenses e brasileiros, compreendendo a avassaladora maioria de jovens, milhares deles com futuro brilhante e que desapareceram para sempre. Tantas mortes de jovens criou um vazio intelectual nos países envolvidos, em especial entre alemães, russos e israelenses. Uma geração inteira assassinada, alguns poucos sobreviventes que ficaram perplexos durante anos e demorou uma nova leva de europeus para perder a paralisação que a perplexidade nos causa.

Entre essa montanha de seres humanos mortos penso na potencialidade de artistas, escritores, engenheiros, músicos, compositores, empreendedores, médicos, cientistas, pesquisadores que não tiveram tempo e nem oportunidade de mostrar seus talentos e deixaram de criar obras imortais como foram os europeus, judeus e russos no passado. Com a morte de tantas pessoas, a Europa empobreceu intelectual e financeiramente, incluindo aqueles países vitoriosos. Intelectualmente por que durante mais de cinco anos de guerra poucas obras foram criadas em comparação com o glorioso passado europeu. Nas finanças a guerra deixou quase todos (exceto os americanos) falidos, uma "vitória de Pirro" para os outros por que guerra custa caro demais. Perguntem ao Jelensky e ao Putin hoje.

Por tudo isso, não é de se admirar que ouvimos com frequência que a Europa Ocidental está decadente. Elacontinua sofrendo até hoje as consequências de tudo que foi do seu passado devastador. Sim, houve recuperação com o Plano Marshal em vários países, muitas cidades, fábricas e prédios reconstruídos, por que os americanos pensam em longo prazo e sabiam que os europeus se recuperariam e seriam os compradores de seus produtos. O Plano foi para reconstruir tudo que todos haviam destruído. Só não reconstruíram o que o mundo perdeu de criação intelectual em pelo menos uma geração e meia de jovens perecidos.

Uma impávida guerreira

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"Uma dessas mulheres que mudam, para melhor, a história." *(Justificativa da homenagem prestada a Diva Moreira)*

Confesso-me, com satisfação, amigo e admirador de longa data da cientista política Diva Moreira. Faço parte da legião de pessoas que com arrebatado entusiasmo, aplaudiram a iniciativa do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos MG de dar seu nome a um diploma memorialístico de exaltação democrática. A concessão do "Diploma Diva Moreira", contemplando, num primeiro momento, 30 cidadãos de diversificadas categorias sociais e profissionais, encerra o propósito de homenagear mineiros alvejados, em seus direitos fundamentais, por perseguições e arbitrariedades cometidas durante o regime instaurado em 64.

O Conselho qualificou os agraciados como exemplos inspiradores na defesa dos ideais democráticos, batalhadores em prol de uma sociedade justa e fraterna onde caibam todos os conceitos de vida.

Além de dar nome à comenda, Diva Moreira recebeu também a láurea numa solenidade bastante concorrida e representativa, que lotou as dependências da "Casa Afonso Pena", sede da Faculdade de Direito da UFMG. Ovacionada à hora da entrega, quando proferiu magistral discurso, essa impávida guerreira, valorosa mineira de Bocaiúva, compartilhou a homenagem com a ex-presidente Dilma Rousseff (representada no evento), o ex-ministro Nilmário Miranda, Clodsmidt Riani e Helena Greco, já falecidos, além de 25 outras personalidades vítimas da violência do Estado, nos "anos de chumbo", entre 1964 e 1985.

Diva, intelectual negra, notabiliza-se como ativista social em numerosas frentes. Lidera movimentos antirracistas, estando engajada há várias décadas em ações voltadas para reforma sanitária, na luta antimanicomial e pelo aprimoramento do sistema democrático. A defesa da mulher é uma das bandeiras que abraça com fervor. É fundadora da "Casa Dandara", centro de educação e cultura voltado para a população negra. É dessas mulheres que mudam a história para melhor, conforme dito na justificativa referente à escolha de seu nome como patrona da honraria.

O ato cívico e cultural, realizado no dia 20 de junho, de acordo com seus promotores, serviu para trazer para o debate público, no transcurso dos 60 anos do golpe civil-militar, a relevância da memória histórica, da verdade e da justiça, pilares indispensáveis no processo de construção de uma Nação verdadeiramente independente, soberana e democrática.

2) Incorrigível, o presidente argentino Milei continua, pelo visto, sendo mal aconselhado pelo seu falecido cão de estimação com quem se comunica mediunicamente, conforme assevera. Deixou de comparecer a importante reunião de chefes de governo do Mercosul, no Paraguai, mas esteve em Comboriú participando de encontro de lideranças ultraconservadoras, ocasião em que deitou falação repleta de diatribes. Entre outras assacadilhas, afirmou que a quartelada na Bolívia não passou de autogolpe do presidente Arce ...

EDITORIAL

Receita para fazer melhor

Ainda que vagarosamente, numa velocidade que não guarda relação com as urgências do País, a reforma tributária avança. E, vencida a batalha na Câmara dos Deputados, aguarda agora aprovação do Senado para que se possa afirmar que existe pela frente um cenário que, mesmo não sendo o ideal, traduz perspectiva de avanços. Hora oportuna para recordar que não estamos falando, ou não deveríamos estar, apenas de simplificação, de busca de agilidade e eficiência em todo o processo, com ganhos presumíveis para quem recolhe e para quem cobra tributos neste País. Hora, portanto, de algum alívio e, mesmo, de comemorações que são menos discretas quando vem do espaço político.

Hora também de entender o porquê de toda essa conversa que se arrastou pelos últimos 30, talvez 40 anos. Falava-se, não custa nada recordar, de redução na carga tributária, de algum alívio para os pagadores e, sim, também da construção de um sistema mais equilibrado e de funcionalidade que faça justiça à sua razão de ser. Foram propósitos, bons propósitos, que claramente perderam substância ao longo do caminho. A ponto de, nas conversas mais recentes, ter sido riscado do debate qualquer referência à redução da carga. O Tesouro, engolido por um déficit abissal, simplesmente não pode ouvir falar no assunto, mesmo diante de quem recorde que a Inconfidência Mineira foi posta de pé para barrar a cobrança do quinto, bem pouco, hoje, para quem convive com carga que ronda os 35% do PIB nacional.

Ainda que o assunto seja um tanto inconveniente de momento, caberia levar a conversa para um outro ponto, lembrando que o problema principal não está exatamente no que é cobrado e sim no que é devolvido ao cidadão-contribuinte. Nessa perspectiva, daria sim para trabalhar de pronto, buscando resultados que poderiam vir com velocidade mais estimulante. Trata-se, paralelamente e como uma espécie de dever de casa, de aprender a gastar melhor, de acabar com o descontrole que pode ser facilmente percebido tanto num pequeno e distante município quanto na capital da República. E para não falar dos furos que todos os dias chegam ao noticiário policial vindos de todos os cantos e recantos desse imenso País.

Resumindo, para em seguida concluir, falta dizer que dá sim para fazer melhor, muito melhor em respeito à consciência dos agentes públicos e em favor do conjunto da população. Para que os tributos recolhidos tenham melhor destino, justificando assim todo o processo que continua parecendo um tanto perverso.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Produção de minério da Vale cresce 9% em MG

MINERAÇÃO No primeiro semestre de 2024, produção atingiu 75,9 milhões/toneladas; resultado foi impulsionado pelo Sistema Sul (Paraopeba e Vargem Grande)

RODRIGO MOINHOS

A produção de minério de ferro da mineradora Vale em Minas Gerais, no primeiro semestre de 2024, atingiu 75,9 milhões de toneladas, representando um crescimento de 9% frente ao mesmo período do ano passado, quando somou 69,5 milhões de toneladas. O resultado foi impulsionado pelo Sistema Sul (Paraopeba e Vargem Grande), que cresceu 20,5% na mesma base de comparação. Os dados são do relatório operacional da mineradora, divulgado nesta semana.

O incremento foi puxado, principalmente, pela produção do Sistema Sul, que saltou de 29,1 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2023 para 35,1 milhões de toneladas produzidas no mesmo intervalo deste ano. Enquanto isso, o Sistema Sudeste (Itabira, Minas Centrais e Mariana), registrou leve alta de 0,9% frente ao mesmo período de 2023, e se manteve com produção considerada estável.

Na análise do Sistema Sudeste nesse segundo trimestre de 2024, a produção de minério de ferro da Vale foi 0,6 milhão de toneladas menor ano/ano, devido a maior participação da produção de minério de alta qualidade em Brucutu, após a conversão da planta para processamento a úmido no ano passado (com o comissionamento da barragem do Torto).

Também houve consequente aumento da perda mássica no processo e manutenção planejada da planta de Conceição I, no Complexo de Itabira. Entretanto, de acordo com a Vale, esses efeitos foram parcialmente compensados por maiores compras de minério de ferro de terceiros.

Ainda com relação ao segundo trimestre, o Sistema Sul registrou produção maior em 3 milhões de toneladas ano/ano, principalmente devido ao sólido desempenho operacional no Complexo de Vargem Grande, na RMBH, e ao melhor desempenho no Complexo de Paraopeba, especialmente na planta de Viga, considerando a manutenção realizada no segundo trimestre de 2023. De acordo com a empresa, o desempenho desse trimestre reforça a confiança em atingir o limite superior de orientação de produção para 2024.

Vendas - No que diz respeito às vendas de minério de ferro da Vale, elas aumentaram 5,4 milhões de toneladas ano/ano, totalizando 79,8 milhões de toneladas. O desempenho robusto das vendas no trimestre foi suportado por fortes embarques, bem como a venda de estoques de períodos anteriores. A participação de vendas de produtos de alta sílica no *mix* continuaram a aumentar em linha com a estratégia tática de criação de valor da empresa, considerando as condições de mercado.

O preço médio realizado de finos de minério foi de US$ 98,2 a tonelada, US$ 2,5 por tonelada menor. Na avaliação da Vale, o valor foi, em grande parte, afetado por menores preços do minério de ferro e menores prêmios de qualidade, que foram parcialmente compensados pelo efeito positivo dos mecanismos de precificação. Já o preço médio realizado de pelotas de minério de ferro foi de US$ 157,2 por tonelada, US$ 14,7 menor por tonelada, devido aos menores preços do minério de ferro no mercado.

> **"Incremento foi puxado, principalmente, pelo Sistema Sul, que produziu 35,1 milhões/t no primeiro semestre do ano"**

Preço médio realizado de finos de minério de ferro foi de US$ 98,2 a tonelada, US$ 2,5 por tonelada menor FOTO: DIVULGAÇÃO / RICARDO TELES

INDÚSTRIA

Setor em Minas recua pelo segundo mês consecutivo, aponta Fiemg

MARCO AURÉLIO NEVES

A produção da indústria estadual reduziu pelo segundo mês consecutivo. Em junho, o índice foi de 48,6 pontos, abaixo dos 50, a fronteira entre recuo e expansão. O indicador apresentou baixa de 0,8 ponto na comparação com maio (49,4 pontos), porém, avançou 1,8 ponto frente a junho de 2023 (46,8 pontos). Os dados são da pesquisa Sondagem Industrial, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). A queda na produção industrial no Estado foi influenciada pelo menor número de dias úteis em junho, dentre outros fatores, conforme a economista da entidade, Daniela Muniz.

O índice de evolução do número de empregados, com 49,9 pontos, mostrou estabilidade do emprego na indústria. O indicador subiu 2,1 pontos em relação a maio (47,8 pontos) e caiu 1 ponto frente a junho de 2023 (50,9 pontos), sendo o mais baixo para o mês em quatro anos.

Já a utilização da capacidade instalada efetiva em relação à usual marcou 46,4 pontos em junho e ficou abaixo dos 50 pontos, o que indica que as empresas operaram com capacidade produtiva inferior à habitual do mês. O índice subiu 2,5 pontos frente a maio e avançou 2,7 pontos em relação a junho de 2023 (43,7 pontos). Foi o maior valor em 22 meses.

A expectativa de demanda registrou 57,8 pontos em julho e mostra perspectiva de elevação da demanda nos próximos seis meses, pelo 49º mês consecutivo, ao ficar acima dos 50 pontos. O indicador apresentou alta de 2,6 pontos frente a junho (55,2 pontos) e de 2 pontos ante julho de 2023 (55,8 pontos), sendo o maior desde setembro de 2022.

Com relação às expectativas da indústria para os próximos seis meses, a compra de matérias-primas marcou 55,6 pontos em julho, avanço de 2,8 pontos em relação a junho (52,8 pontos) e de 0,7 ponto em relação a julho de 2023 (54,9 pontos).

A intenção de investimento marcou 59,2 pontos, leve alta de 0,2 ponto frente a junho (59 pontos), mas 0,3 ponto inferior ao apurado em julho de 2023 (59,5 pontos).

Principais problemas - Os principais problemas do industrial mineiro são, nesta ordem e pelo terceiro trimestre consecutivo, a elevada carga tributária, a demanda interna insuficiente e a falta ou alto custo de trabalhador qualificado.

Mas a taxa de câmbio, antes fora da lista dos dez maiores problemas da indústria mineira, agora foi a sexta mais citada. O fato é explicado pela recente depreciação cambial do País, motivada pela manutenção das altas taxas de juros nos EUA. "As taxas de juros em países envolvidos, como nos EUA, estão elevadas, isso faz com que ocorra uma fuga de capitais, um movimento natural", afirma a economista da Fiemg, Daniela Muniz. "O fortalecimento do dólar acaba acrescentando um novo risco para a inflação doméstica, porque muitos insumos são comprados em dólar", completa.

Mas um fator interno também contribuiu para a alta do dólar: a piora na percepção do risco fiscal do País. Ela explica que isso contribui para piorar o desempenho do real também frente a outras moedas. "Está muito relacionado à falta de medidas para conter os gastos públicos. Isso vai contribuindo para aumentar incerteza sobre a estabilidade econômica, eleva as expectativas de inflação e pressiona o dólar para cima", comenta.

Já a Selic que permaneceu estável como oitavo problema mais citado. Estar fora das primeiras citações não significa que falta preocupação e efeitos à indústria mineira, mas que há uma precificação da política monetária restritiva do Banco Central. "Os empresários já sabem que as taxas de juros vão permanecer elevadas por algum tempo. A tendência é que eles precifiquem isso, mas não é por isso que não vão continuar tendo dificuldades", finaliza Daniela Muniz.

CAMINHOS SUSTENTÁVEIS

Paulo Guerra

Diretor de Programas FDC Gestão Pública

A carta das ONGs Desserviço ao combate climático

Oitenta ONGs internacionais uniram-se para escrever uma carta pública intitulada "Por que a compensação de carbono enfraquece as metas climáticas". O documento apresenta quatro afirmações: a compensação pode atrasar a ação climática; a compensação é invariavelmente duvidosa; a quantidade de projetos e de terras é muito pequena; e o problema de financiamento não será resolvido pela compensação.

Foco apenas na quarta afirmação porque ela é contraditória em si mesma. Nela, são apresentados dois argumentos: que como o preço dos créditos de carbono é baixo, os esforços necessários para a ação climática são pequenos; e que essa ideia cria incentivos negativos em relação aos investimentos indispensáveis para garantir mudanças profundas.

É afirmado que o mundo não dispõe de projetos e terras suficientes para tanta demanda por crédito. Ora, qualquer um que conheça o mecanismo de oferta e demanda sabe que em uma situação de muita procura e baixa disponibilidade, o preço sobe. Como os créditos de carbono são comprados por poluidores, eles servem como um mecanismo que transfere recursos deles para os que preservam. Portanto, graças à dinâmica oferta/demanda, essa transferência acontece na proporção exata do crescimento do valor do crédito.

Para que o argumento de que os créditos de carbono criam incentivos negativos em relação aos investimentos necessários para garantir mudanças profundas seja válido, a procura por créditos precisaria se manter sempre inferior à oferta. Isso faria com que os preços se mantivessem baixos e tornaria mais interessante para o poluidor manter suas ações e pagar pelos créditos baratos. A questão é que essa situação hipotética é cada vez menos provável diante da criação dos mercados regulados. Neles, os limites máximos de poluição são estabelecidos abaixo do nível médio do setor, o que leva a um aumento da demanda por créditos com o consequente aumento de preços.

Poder-se-ia questionar se essa alteração do preço seria suficiente para inviabilizar a estratégia das empresas em terceirizar suas responsabilidades. Os dados parecem dizer que sim. A previsão é de um aumento de 15 vezes na demanda global por créditos até 2030, e de 100 vezes até 2050. Diante da dificuldade de crescimento dos projetos, o aumento da demanda será refletido no preço do crédito, o que fará com que o dispêndio dos poluidores para compensá-lo seja excessivamente alto.

Diante de tudo isso, considero que os créditos de carbono apresentam papel crucial no financiamento do combate às mudanças climáticas e que as ONGs contribuiriam mais fortalecendo as iniciativas de mercados regulados para incentivar a demanda por créditos do que tentando destruir o mecanismo de compensação. Reconheço que o modelo não é perfeito e apresenta fragilidades que precisam ser melhoradas, mas como dizia minha avó: não se pode jogar fora o bebê junto com a água do banho.

ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

O andar do bêbado: para onde vai o câmbio?

Nas últimas semanas, houve uma discussão intensa sobre a volatilidade do câmbio, especialmente em reação às declarações do presidente Lula e seu confronto com o Banco Central. A moeda norte-americana em relação ao real chegou a atingir a máxima do ano, levantando preocupações sobre os possíveis impactos na inflação. Com o acalmar da situação, muitos se perguntam para onde o câmbio vai, em meio a tantas incertezas.

A verdade é que ninguém sabe. Uma frase atribuída a Edmar Bacha, um dos criadores do Plano Real, ilustra bem essa ideia: "O câmbio foi feito por Deus para humilhar os economistas". Essa afirmação tem uma base técnica. Ao trabalhar com modelos de previsão, precisamos estudar profundamente as possíveis variáveis e seus efeitos, que podem influenciar nosso objeto de análise. Prever a taxa de câmbio, em particular, é uma tarefa complexa e muitas vezes desafiadora, devido à influência de inúmeros fatores econômicos, políticos e psicológicos no mercado.

Uma propriedade estatística que está na essência dessa imprevisibilidade é a do "*Random Walk*". Essa propriedade sugere que os preços de mercado, incluindo as taxas de câmbio, seguem um caminho aleatório e são imprevisíveis no curto prazo. Assim, a melhor previsão para o valor futuro da taxa de câmbio é seu valor atual, pois os movimentos são considerados imprevisíveis e independentes dos movimentos passados. Uma analogia famosa é a do andar do bêbado: ninguém sabe para onde ele vai, visto que seu movimento é aleatório.

De todo modo, creio que, mais importante que prever, é entender o que afeta o câmbio. Sua cotação é influenciada por diversos fatores. Quando o Banco Central aumenta a taxa de juros, por exemplo, os investimentos em ativos denominados em reais se tornam mais atraentes, pois investidores estrangeiros buscam rendimentos mais altos, trazendo dólares para comprar reais, valorizando a moeda brasileira. Por outro lado, se as taxas de juros nos EUA sobem ou se mantêm elevadas, face ao risco – como ocorre atualmente, pode haver uma migração de capitais para o dólar, enfraquecendo o real.

Outro fator crucial é a inflação. Uma inflação elevada tende a desvalorizar o real, pois diminui o poder de compra da moeda e torna os investimentos em reais menos atraentes. Adicionalmente,a entrada de capital estrangeiro para investimentos produtivos pode valorizar o real, enquanto movimentos de capital de curto prazo, como compras e vendas de ações e títulos, podem causar flutuações na cotação.

Finalmente, a situação econômica e política do País desempenha um papel relevante. Um ambiente político estável e previsível tende a aumentar a confiança dos investidores no real, enquanto um desempenho econômico robusto e indicadores econômicos positivos fortalecem a moeda.

Enquanto é impossível prever com exatidão o comportamento futuro do câmbio, compreender os fatores que o influenciam é essencial para tomar decisões informadas.

Minas tem saldo positivo de 87,8 mil empresas

% EMPREENDEDORISMO Resultado no primeiro semestre é 0,21% superior ao registrado no mesmo período do ano passado

JULIANA GONTIJO

O saldo de empresas em Minas Gerais no primeiro semestre deste ano chegou a 87.824, segundo dados do Mapa de Empresas, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp). Foram 228.647 empresas abertas no Estado no período, enquanto 140.823 encerraram as atividades. O Estado conta com 2.367.836 empresas ativas.

O superávit neste ano foi 0,21% superior ao saldo de igual período de 2023, quando totalizou 87.636 empresas. Foram 188 empresas abertas a mais no período de janeiro a junho deste ano. O número de empreendimentos que abriram as portas no acumulado dos seis primeiros meses do ano foi 5,23% maior que o computado nos primeiros seis meses do ano passado (217.278).

Das 228.647 empresas que iniciaram a atividade no Estado nos seis primeiros meses do ano, o tipo predominante foi o das microempresas, com 216.176 negócios, seguida pelas pequenas (6.391) e outras (6.080).

Considerando as empresas ativas, o setor de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios é o que contempla o maior número em Minas Gerais: 116.532. No que se refere aos negócios iniciados no primeiro semestre, Belo Horizonte foi o destaque na abertura de empresas nesse período, com 42.380 empresas.

O especialista em educação financeira no Grupo Suno, o economista Guilherme Almeida, diz que o aumento da abertura de negócios em Minas é resultado de vários fatores, entre eles a conjuntura econômica, com destaque para o mercado de trabalho aquecido. "Isso significa mais renda disponível e essa renda é direcionada ao consumo, o que acaba impulsionando a abertura de novas empresas", observa.

Ele também destaca a gestão governamental — que busca facilitar a abertura de empresas, reduzindo a burocracia — como outro motivo que estimula os negócios em Minas. "Há influência de toda a implementação da lei da liberdade econômica, do programa Minas Livre para Crescer, que tem tido cada vez mais adesão entre os municípios", analisa.

Em 2024, no acumulado de janeiro a junho, o fechamento de negócios cresceu em Minas, foi 8,62% maior quando comparado com igual intervalo do ano anterior (129.642).

Nacional - No País, há 22,2 milhões de empresas ativas, sendo que 2.156.321 iniciaram suas atividades nos primeiros seis meses de 2024, enquanto que 1.262.559 foram extintas. Somente em junho 347.116 empreendimentos abriram as portas, com 80% da abertura em menos de um dia, com tempo médio de 17 horas. Nesse mês, 187 mil empresas foram extintas. %

> **"Isso significa mais renda disponível e essa renda é direcionada ao consumo, o que acaba impulsionando a abertura de novas empresas"**
>
> Guilherme Almeida

Setor varejista em Minas Gerais contou com 116.532 novas empresas no primeiro semestre deste ano, aponta o Ministério do Empreendedorismo FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Tempo para abertura aumentou no Estado

O Mapa de Empresas também mostrou que o tempo de abertura de empresas mudou do primeiro semestre de 2023 para igual período deste ano, saindo de 1 dia e três horas para 1 dia e seis horas em Minas Gerais.

Na análise do mês, junho deste ano contou com 37.538 novos negócios no Estado, enquanto que 21.457 foram extintos, o que garantiu um superávit de 16.081 empresas. Do total de empresas que iniciaram as atividades no sexto mês de 2024 em Minas, a maioria (35.472) são classificadas como microempresas, seguidas pelas de pequeno porte (1.128) e outras (938).

Inova Simples - Minas Gerais ocupa a terceira posição no País de empresas inscritas no Inova Simples, com 235 empresas abertas no primeiro semestre deste ano, de acordo com o Mapa de Empresas, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A primeira posição é ocupada pelo estado de São Paulo, seguido pelo Paraná. Nesse período, 48 empresas encerraram as atividades.

O Inova Simples é um regime especial simplificado para a formalização de empreendedores que almejam inovar, independente do ramo ou atividade econômica. Essa modalidade de formalização de empresa foi instituída pela Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, que incluiu o artigo 65-A, na Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

O procedimento simplificado permite a inscrição de iniciativas empresariais que se autodeclaram como empresas de inovação, seja de caráter disruptivo ou incremental, a exemplo das *startups*, concedendo-lhes tratamento diferenciado. **(JG)** %

% COMBUSTÍVEIS

Preço médio da gasolina subiu 2,2%

Rio - O preço médio da gasolina nos postos brasileiros subiu 2,2%, ou R$ 0,13 por litro, na semana passada, com repasses do reajuste anunciado pela Petrobras na segunda-feira (8). Também reajustado na refinaria, o botijão de gás ficou 0,8%, ou R$ 0,90, mais caro.

Segundo a pesquisa semanal de preços dos combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), a gasolina foi vendida pelos postos brasileiros, em média, a R$ 5,97 por litro. É o maior valor desde outubro de 2023, já descontada a inflação.

O repasse foi menor do que os R$ 0,15 por litro estimados pela Petrobras quando anunciou o reajuste, o que indica que a pesquisa de preços da ANP pode detectar nova alta esta semana.

Segundo o Paranapetro, sindicato de postos do Paraná, as distribuidoras repassaram, em média R$ 0,30 por litro no estado. "Além do preço da Petrobras, altas do etanol também costumam ter reflexo na gasolina vendida pelas distribuidoras", afirmou, em nota.

Foi a primeira mudança no preço da gasolina nas refinarias da Petrobras desde outubro de 2023, quando a empresa reduziu o valor. Motivado pela alta do petróleo e do dólar, o aumento desta segunda, porém, não foi suficiente para eliminar a defasagem em relação às cotações internacionais.

Na abertura do mercado de ontem, o preço da gasolina nas refinarias da estatal estava, em média, 7%, ou R$ 0,23 por litro, abaixo da paridade de importação medida pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

O preço do diesel, que a Petrobras mantém inalterado desde o fim de 2023, estava 10%, ou R$ 0,39 por litro, também abaixo da paridade da Abicom. Em sua nova estratégia comercial, a Petrobras usa a paridade de importação como teto de preços e geralmente opera abaixo desse indicador.

Mesmo inalterado nas refinarias em 2024, o diesel vem subindo nas bombas. Na semana passada, segundo a ANP, o diesel S-10 foi vendido, em média no País, a R$ 6,01 por litro, o maior valor desde que o fim de abril.

O preço da gasolina nas bombas subiu 4,1% no primeiro semestre de 2024, segundo estudo da ValeCard com base em transações comerciais em mais de 25 mil postos brasileiros.

A alta reflete aumentos nos preços do etanol hidratado. "O preço do etanol, utilizado na mistura da gasolina, também influencia o preço final do produto. As oscilações na produção e oferta de cana-de-açúcar, principal matéria-prima do etanol, podem impactar seus preços", afirma a ValeCard.

O preço do etanol anidro teve alta acumulada de 10,4% no primeiro semestre, também segundo a empresa. Na semana passada, segundo a ANP, subiu mais 2,8%, ou R$ 0,11 por litro, para R$ 3,96 por litro.

A agência detectou ainda repasses do reajuste de segunda ao preço do gás de cozinha. O botijão de 13 quilos, mais usado em residências, fechou a semana a R$ 101,75, alta de 0,8%, ou R$ 0,90, em relação à semana anterior.

O produto não sofria reajuste nas refinarias da Petrobras desde julho de 2023, quando houve redução.

A abrangência da pesquisa semanal de preços da ANP foi reduzida este mês devido a cortes orçamentários. O número de coletas foi reduzido em 43% e o número de cidades pesquisadas caiu de 459 para 358. **(Nicola Pamplona/Folhapress)** %

Cooperativas mostram sua força em Minas Gerais

MODELO DE SUCESSO Grandes organizações se tornaram referências nos setores em que atuam

RAFAEL TOMAZ, Editor

O crescimento sustentável do cooperativismo em Minas Gerais tem se destacado ano após ano, consolidando grandes empreendimentos, considerados referência em suas atividades. As cooperativas ajudam a impulsionar todo o mercado e, somente no ano passado, movimentaram R$ 129,7 bilhões, representando 12,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e um crescimento de 9,5% em comparação com 2022.

Grandes cooperativas se destacam em segmentos como saúde, crédito e agropecuário, este último com apenas duas grandes cooperativas, que apuraram receitas de quase R$ 9 bilhões no ano passado. Os dados são do Anuário 2024 - Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro, elaborado pelo Sistema Ocemg, formado pela junção do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais (Sescoop-MG).

"O crescimento robusto do setor sublinha não apenas a importância das cooperativas em Minas Gerais, mas também reflete uma tendência global de fortalecimento do nosso negócio como um modelo sustentável", afirma o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato.

O fortalecimento do setor pode ser ilustrado pelo crescente número de pessoas envolvidas com cooperativas em Minas Gerais, demonstrando, cada vez mais, a confiança dos cidadãos nesse modelo de negócios. No ano passado, 47% da população mineira estava envolvida de alguma forma com o cooperativismo.

O número de cooperados passou de 2,8 milhões em 2022 para 3,2 milhões de pessoas em 2023.

Dados do Anuário apontam que, somente no ano passado, as cinco maiores cooperativas em número de cooperados no Estado concentravam 413.937 pessoas.

Empregos - Entre os bons resultados registrados pelo setor cooperativista no ano passado está a geração de empregos, e as grandes organizações foram extremamente importantes para atingir este desempenho em 2023. O número de pessoas empregadas nas 785 cooperativas no Estado somou 57.380 no ano passado, ante 54.535 em 2022, o que representa alta de 5,2% no período.

Somente as cinco maiores cooperativas empregadoras instaladas em Minas Gerais foram responsáveis por 11.701 empregos no ano passado. O número corresponde a um crescimento de 1,3% na comparação com o exercício anterior (11.541), segundo dados do Anuário.

Cooperativas movimentaram 12,6% do PIB de Minas no ano passado FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

O presidente do Sistema Ocemg destaca que, no Estado, os resultados das grandes cooperativas se somam aos das pequenas e médias para comprovar que o cooperativismo não é apenas uma alternativa viável, mas uma necessidade para o desenvolvimento econômico e social. "Enquanto muitos segmentos enfrentam desafios como a concentração de poder, as cooperativas apresentam um modelo baseado na colaboração, no compartilhamento e na inclusão", destaca o presidente do Sistema Ocemg.

> **"O crescimento robusto do setor sublinha não apenas a importância das cooperativas em Minas Gerais, mas também reflete uma tendência global de fortalecimento do nosso negócio como um modelo sustentável"**
>
> Ronaldo Scucato

Poder é demonstrado nos setores de Saúde e Crédito

As cooperativas do ramo Saúde surgiram no Brasil na década de 60 e se tornaram a maior referência desse segmento no mundo, cuidando do bem-estar de milhões de pessoas.

Em Minas Gerais, as cooperativas de Saúde movimentaram, no ano passado, R$ 14,7 bilhões. As 64 operadoras existentes no Estado contam com 3,7 milhões de usuários, que somente em 2023 realizaram mais de 17 milhões de consultas. Este número mostra a pujança deste segmento, impulsionado por algumas das maiores organizações cooperativistas do Brasil.

Além de proporcionar serviços de saúde, as cooperativas também são importantes geradoras de empregos em Minas. Em 2023, empregaram diretamente 15,9 mil pessoas.

Outro ramo que vem crescendo exponencialmente é o de Crédito. As mudanças no perfil do consumidor, avanços tecnológicos e a busca por modelos com custos menores para as transações bancárias vêm atraindo, cada vez mais, pessoas para as cooperativas.

Dados do Anuário mostram que, somente no ano passado, as três maiores cooperativas do setor registrou R$ 6,9 bilhões em operações de crédito, de um total de R$ 38 bilhões do ramo.

O cooperativismo mineiro de crédito cresceu 75,7% nos últimos cinco anos, demonstrando que cada vez mais as pessoas vêm buscando o sistema. Em 2023, eram 2,7 milhões de cooperados, o maior número entre os ramos do cooperativismo em Minas. **(RT)**

Sistema é referência para o agronegócio no Estado

A agropecuária também é uma das atividades econômicas em que as cooperativas se destacam em Minas Gerais. Elas são responsáveis por boa parte da movimentação financeira do setor, além de concentrar uma parcela considerável da pauta de exportações do Estado, com os embarques de produtos como o café e a soja.

Em 2023, as cooperativas agropecuárias de Minas registraram uma movimentação econômica de R$ 40,3 bilhões, representando 31% de toda a movimentação econômica do cooperativismo no Estado. Este setor é composto por 191 cooperativas, que congregam 197,1 mil cooperados e empregam diretamente 19,5 mil trabalhadores, de acordo com dados do Anuário do Cooperativismo Mineiro.

As cooperativas agropecuárias, que representam 17,6% do PIB do agronegócio em Minas, são essenciais para a geração de renda e empregos, oferecendo economia de escala nos processos de compra e venda, e viabilizando os negócios de seus cooperados.

A cafeicultura, uma das principais atividades econômicas do Estado, tem no cooperativismo um dos seus grandes pilares. Para se ter uma ideia, somente uma dessas organizações que atuam na produção da *commodity* movimentou R$ 6,5 bilhões no ano passado.

O cooperativismo é tão importante para o segmento que, em 2023, mais da metade do café produzido em Minas passou por uma cooperativa. O grão é o segundo principal item da pauta de exportações do Estado.

A mesma importância é percebida na pecuária, segmento em que 19,1% do leite produzido passa pelas cooperativas.

No âmbito do comércio exterior, no ano passado, 24 cooperativas movimentaram R$ 5,4 bilhões em exportações de produtos como café, carne suína, laticínios e mel, direcionados para mais de 55 países. **(RT)**

Setor de alimentos mantém investimentos robustos

INDÚSTRIA Até 2026, aportes devem somar R$ 120 bilhões no Brasil e parte desses recursos será aplicada em Minas Gerais

THYAGO HENRIQUE

O setor de alimentos planeja investir R$ 120 bilhões no Brasil até 2026, sendo que R$ 36 bilhões já foram aplicados em 2023, conforme a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia). Minas Gerais ocupa lugar de destaque na produção nacional e receberá grande parte dos recursos.

Do total a ser investido pelas empresas no País, R$ 75 bilhões serão destinados à ampliação e modernização das plantas, além da construção de novas unidades. Os outros R$ 45 bilhões terão como destino a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A entidade destaca que, entre os investimentos já realizados e a serem executados, estão R$ 15 bilhões da JBS, para expansão de capacidade produtiva, especialmente no Mato Grosso; R$ 7 bilhões da Nestlé, utilizados na ampliação de fábricas e da produção de café na cidade de Araras, em São Paulo; e R$ 5,6 bilhões da BRF, para expandir diversas unidades no Brasil.

> “Esses investimentos aumentam a produção, geram empregos, elevam a competitividade do Estado, além de contribuir positivamente para o desenvolvimento do País”
>
> João Dornellas

Especificamente no território mineiro, a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA) investirá R$ 3,5 bilhões para ampliar a capacidade de moagem e produção de cana-de-açúcar. Divulgado anteriormente pelo Diário do Comércio, o valor será alocado em três unidades da empresa no Triângulo Mineiro, com previsão de gerar três mil empregos diretos.

Já a Usina Coruripe, segundo a Abia, aplicará R$ 450 milhões na fabricação de açúcar em Limoeira do Oeste, também na região do Triângulo Mineiro. E a Unilever aportará R$ 90 milhões na expansão da unidade fabril em Pouso Alegre. Conforme o veículo divulgou recentemente, o investimento vai para a expansão de mais uma linha produtiva da maionese Hellmann's no local.

“Esses investimentos aumentam a produção, geram empregos, elevam a competitividade do Estado, além de contribuir positivamente para o desenvolvimento do País”, destacou o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, João Dornellas.

Para o presidente da Câmara da Indústria de Alimentos e Bebidas da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Vinicius Dantas, a solidez do agronegócio mineiro gera oportunidades ao setor de alimentos, atraindo aportes para o Estado.

Na avaliação do executivo, as inversões anunciadas são importantes para geração de empregos, enriquecimento das regiões onde os empreendimentos estão situados e melhorias na infraestrutura dos locais, já que são necessárias para escoamento da produção, beneficiando a população. Ele afirma que o volume de aplicações evidencia o momento positivo da indústria de alimentos.

Indústria de alimentos realizou investimentos de R$ 36 bilhões no ano passado, segundo informações da Abia FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Feira - Dantas ressalta que chegou a hora da Fiemg e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) se unirem para realizar uma grande feira do setor de alimentos e bebidas, iniciativa que atrairia investimentos para Minas Gerais. Ele diz que a ideia foi repassada pela Câmara às entidades, e empresas multinacionais se mostraram interessadas em participar.

Cabe destacar ainda que a indústria de alimentos do Estado mineiro, de acordo com dados da Abia, teve o segundo maior faturamento do País, em 2023, ao registrar R$ 124 bilhões, atrás apenas de São Paulo, com R$ 282 bilhões. Já a participação mineira no total de empregos da indústria brasileira de alimentos, de 26,9%, é o índice mais alto de toda a região Sudeste – são 228 mil colaboradores empregados diretamente e 913 mil indiretamente. %

SETOR ELÉTRICO

Banco Mundial defende eólicas *offshore* no Brasil

São Paulo - A energia eólica *offshore* pode representar uma opção de “proteção energética” para o Brasil diante de secas cada vez mais recorrentes que prejudicam a geração hídrica, ainda a principal fonte da matriz elétrica nacional, segundo um estudo sobre o tema realizado pelo Banco Mundial e entregue ao Ministério de Minas e Energia.

A análise da instituição destaca o potencial da eólica *offshore* como “a nova energia hidrelétrica do Brasil”, isto é, uma fonte que poderia atenuar a variabilidade da geração hidrelétrica ao longo do ano, e que, se adotada em larga escala, poderia constituir parte intrínseca da base de geração limpa do Brasil.

O estudo apontou que, comparando a produção real de energia hidrelétrica com a produção simulada de energia eólica *offshore* durante um período de sete anos, a produção eólica *offshore* seria maior nos meses em que os níveis hídricos estivessem mais baixos.

“Segundo a análise, a variabilidade anual da energia eólica *offshore* seria significativamente inferior à da energia hidrelétrica em grande parte do País. Logo, se implementada em grande escala, a energia eólica *offshore* pode oferecer uma ‘proteção energética’ para anos com secas inusitadas, como foi observado, por exemplo, na última década”, diz o relatório.

O Banco Mundial ressaltou, porém, que as eólicas *offshore* só seriam capazes de compensar a variabilidade da produção hídrica se atingirem escala suficiente, com uma aposta mais agressiva do Brasil na fonte do que o atualmente vislumbrado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O cenário-base do estudo considera as projeções atuais da EPE, que apontam uma adoção “modesta” da energia eólica *offshore*, com 4 gigawatts (GW) operacionais em 2035 e 16 GW até 2050. Isso significaria investimentos de cerca de 40 bilhões de dólares até 2050 para construção dos parques no mar, com um uso de apenas 1,2% do leito marinho disponível, principalmente no Nordeste.

O Brasil apresenta um enorme potencial para exploração de energia eólica *offshore* e já tem quase 100 projetos, que somam cerca de 230 GW de potência, com pedido de licenciamento ambiental junto ao Ibama.

A tecnologia atrai a atenção de grandes empresas, que apontam como o principal impeditivo a falta de um marco regulatório para o segmento. Há uma proposta em tramitação no Congresso, mas a inclusão de uma série de emendas “jabutis” no texto acabou dificultando sua aprovação.

Além disso, os custos para construção dos parques e aquisição dessa energia ainda são bem mais elevados se comparados com o de outras fontes renováveis, como as eólicas em terra e a solar.

Segundo o relatório, considerando metas de alto volume e condições apropriadas, o custo poderia cair de R$ 344 por megawatt-hora (MWh) calculado para os primeiros projetos para uma faixa de R$ 279 a R$ 215/MWh até 2050. **(Reuters)** %

POLÍTICA

RRF tem tramitação suspensa

DÍVIDA DE MINAS Assembleia decidiu não levar adiante votação do projeto de adesão ao regime especial até 1º de agosto

Presidente da ALMG, Tadeu Martins Leite, afirmou que o Legislativo poderá acionar o STF para um nova prorrogação do prazo da dívida do Estado FOTO: GUILHERME DARDANHAN - ALMG

MARCO AURÉLIO NEVES

Foi adiada para agosto a votação em plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em segundo turno, do Projeto de Lei (PL) 1202/2019, de autoria do governo estadual, que permite ao Estado aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A previsão agora é de que o RRF seja votado no dia 1º de agosto, caso não haja nova extensão do prazo.

"Ontem (quarta-feira) nós tivemos uma decisão de forma muito ponderada do ministro Fachin, entregando a decisão ao ministro-relator que conhece este caso desde o início. Então, por isso, depois de muito diálogo aqui dentro da Casa, com os líderes, com diversos deputados, a Assembleia tomou a decisão de apenas no dia 1º de agosto se manifestar sobre esse projeto, se por ventura não tivermos uma nova decisão no caminho", afirmou o deputado Tadeu Martins Leite (MDB), presidente da ALMG.

Na noite de terça-feira (16), o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu decisão liminar que atendeu parcialmente o pedido do governo de Minas Gerais para prorrogar o prazo de pagamento da dívida do Estado com a União, que venceria em 20 de julho. O magistrado suspendeu até 1º de agosto a necessidade de pagamento do débito.

A Procuradoria-Geral da República se manifestou favoravelmente à prorrogação do prazo, mas condicionada ao pagamento das parcelas de refinanciamento da dívida de Minas Gerais com a União, como se a adesão ao RRF já estivesse homologada.

Caso a sugestão do procurador-geral Paulo Gonet seja acatada, o governo estadual ainda terá que iniciar o pagamento do débito com a União, estimado em R$ 165 bilhões. Porém, o valor deverá ser bem menor que os R$ 8 bilhões previstos para o próximo dia 20.

Ainda na terça-feira, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG aprovou, em segundo turno, o encaminhamento para votação do parecer ao PL do RRF, que abre caminho para a votação de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal em 2º turno em plenário.

Na segunda-feira (15), a adesão ao RRF foi aprovada em primeiro turno pelo plenário da Casa, com 33 votos favoráveis e 20 contrários.

Petição - Em entrevista coletiva, o presidente da ALMG disse que, caso não haja um fato novo sobre a dívida de Minas com a União até o dia 1º e o governo estadual não se manifeste, a própria Assembleia irá peticionar no Supremo uma dilação do prazo de pagamento até 28 de agosto, dia que será votada em plenário no STF uma nova prorrogação.

A intenção é aguardar a votação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) no Congresso Nacional. "Nós estamos aqui, tentando ganhar cada vez mais tempo, para que o Congresso Nacional construa esse novo projeto, o Propag, capitaneado pelo presidente Pacheco, que na opinião – acho que de toda a Casa – é um caminho muito melhor do que o regime que está sendo discutido aqui", declarou Tadeu Martins Leite.

Ele afirmou ainda que, caso seja realmente necessário votar a adesão ao RRF em 2º turno no plenário da ALMG, no dia 1º de agosto, não será incluída a votação em 1º turno do Projeto de Lei Complementar (PLC) do teto de gastos, um dos requisitos do regime.

A esperança do presidente da Casa é que não seja preciso votar nem o PL do RRF nem o PLC do teto de gastos. O RRF é considerado pelos parlamentares como última alternativa. "O caminho do regime de recuperação fiscal é claro aqui dentro (da ALMG) que não é o melhor caminho para o Estado", apontou o presidente da Assembleia.

> **"(...) a Assembleia tomou a decisão de apenas no dia 1º de agosto se manifestar sobre esse projeto, se por ventura não tivermos uma nova decisão no caminho"**
>
> Tadeu Martins Leite

Governo estadual considera prorrogação insuficiente

JULIANA SODRÉ

O governo de Minas Gerais considerou o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) insuficiente. Por meio da Advocacia-Geral do Estado (AGE), o Executivo estadual informou que a decisão atende parcialmente ao pedido do Estado, mas que vai continuar demonstrando a importância de o prazo ser prorrogado ao menos até o dia 28 de agosto, como foi solicitado.

O posicionamento do governo estadual ocorre após o ministro do STF, Edson Fachin, prorrogar, na noite de terça-feira (16), o prazo da liminar para a homologação da adesão de Minas Gerais ao RRF do dia 20 de julho para o dia 1º de agosto.

Em nota divulgada à imprensa, o governo de Minas reiterou o pedido de uma audiência de conciliação com todos os entes envolvidos, e destacou que ainda é necessária a prorrogação do prazo até a regulamentação definitiva do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que tramita no Senado, entre o Ministério da Fazenda e o Congresso Nacional. Ou, pelo menos, até o dia 28 de agosto deste ano, data em que está pautada a continuidade do julgamento no plenário do STF do mérito sobre os pedidos de prorrogação da dívida de Minas Gerais.

De acordo com a nota, a não prorrogação do prazo pode deixar a população mineira prejudicada em razão do risco de colapso nas contas públicas. Ainda no texto, o governo de Minas considera relevante as manifestações do Senado e da Procuradoria-Geral da República sobre o pedido para audiência pública com a União para tratativas da dívida do Estado com o governo federal.

A nota reforça, ainda, que o Estado está em dia com as obrigações previstas pela renegociação da dívida, uma vez que está seguindo as regras do RRF e aguardando somente a homologação para seguir com o plano.

De acordo com o governo estadual, R$ 6,7 bilhões referentes à adesão ao artigo 23, da Lei Complementar 178/2021 já foram quitados em pagamentos mensais e "permanecerá sendo realizado".

Plano revisado - O Executivo estadual também reforça que já apresentou o Plano de Recuperação Fiscal revisado à Secretaria do Tesouro Nacional e aguarda a análise final do órgão, além de dizer que segue aberto para negociar com a União as condições postas pela AGU sobre a prorrogação do prazo. Isso inclui o pagamento das parcelas do RRF como se a homologação ao regime estivesse concluída.

"Até o fim de 2024, isso representaria um acréscimo de pouco mais de R$ 160 milhões em cima do pagamento que já é realizado atualmente pelo Governo de Minas pelo artigo 23", diz trecho da nota.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

COMARCA DE UBERLÂNDIA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo vinte (20) dias. O Dr. CARLOS JOSÉ CORDEIRO, Juiz de Direito em substituição legal, da 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia - MG, na forma da lei, etc.. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele notícia tiverem, que perante este Juízo e Secretaria, tramitam os autos de n° 0824374-19.2015.8.13.0702, ação de EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL requerida pelo BANCO DO BRASIL S/A em desfavor de NEUSA MARIA CAIXETA GUIMARÃES E OUTROS, alegando, em síntese, que é credor(a) dos executados da importância de R$ 310.444,05 (trezentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos) e, como os Executados encontram-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital, CITO e CHAMO os Executados PRO SEG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA. (CNPJ 07.122.368/0001-71) e MÁRCIA PINTO DE RESENDE CUNHA (CPF 448.873.026-49), para os termos e atos da presente Ação, bem como para, pagar em 03 (três) dias, a importância reclamada, que será corrigida monetariamente na data do recolhimento e acrescida de honorários advocatícios, e demais cominações legais. Não efetuado pagamento no prazo, poderá opor embargos, no prazo de 15 dias, independente de penhora, sob pena de, não o fazendo, se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela Exequente (art. 344 CPC). Fica(m) o(a)(s) executado(a)(s) intimado(a)(s) de que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade, bem como do direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. No caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV do CPC). Dado e passado nesta cidade de Uberlândia/MG, data da assinatura eletrônica. Eu, (Bráulio do Amaral Fonseca Araújo), Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevo, por ordem do Dr. Carlos José Cordeiro, Juiz de Direito em substituição legal.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 31 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 02 de agosto de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, n° 0010102599, firmado em 14/01/2021, com o Fiduciante **TIAGO FERNANDES TRINDADE,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG n° MG-11.482.135-SSP/MG, inscrito no CPF/MF n° 014.369.846-02, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 365.298,57 (trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos - atualizado conforme disposições contratuais),** o imóvel constituído pelo **Apartamento n° 501**, localizado no 5° e 6° pavimento do Edifício Luiz Gonzaga, situado na Rua Martim Afonso de Souza, nº 378, Glória, Belo Horizonte/MG, com direito a vaga de garagem nº 11. Área privativa: 119,36m² e Área total: 158,93m², melhor descrito na matrícula n° 135.875 do 3° Oficial de Registro de Belo Horizonte/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22222).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 124/2024. Objeto: Aquisição de agregado siderúrgico e pó de agregado siderúrgico para obras de manutenção viária. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 19/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 130/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material médico-hospitalar (espéculo vaginal, pinça, ácido acético, gel, etc.). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 19/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 142/2024. Objeto: Aquisição de esfigmomanômetro, termômetro e oxímetro. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 19/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 149/2024. Objeto: Aquisição de Jogos, brinquedos, materiais pedagógicos e esportivos para as Escolas do Programa Tempo Integral,. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 19/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 159/2024. Objeto: Aquisição de equipamento médico-hospitalar (otoscópio e detector fetal). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 19/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 167/2024. Objeto: Aquisição de material de serralheria (tubo, barra de metalon, eletrodo, disco de corte, barras, porca e arruela). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 19/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 02/08/2024 às 8h30.

ipsemg

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.116/2024. Objeto: Compra de material médico-hospitalar do tipo Cateter Epidural 16g, para o abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro-HGIP/IPSEMG, sob a forma de entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 02/08/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br.** O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas. Belo Horizonte, 17 de julho de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

Sinduscon-MG

EDITAL

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDUSCON-MG - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Pelo presente Edital ficam convocados os associados do Sindicato a se fazerem presentes à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), conforme previsão expressa contida no Art. 17, §1º do Estatuto Social de 07 de abril de 2021, a ser realizada no dia 19 **(dezenove) de julho de 2024 (6ª feira), às 09h, na sala virtual da Plataforma Zoom**, cujo *link* para acesso será enviado aos associados aptos à votação e previamente credenciados de acordo com as orientações que serão divulgadas nos canais de comunicação da entidade, sendo que suas deliberações serão aprovadas por maioria simples (metade mais um) dos presentes, em primeira convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados quites com direito a voto, ou em segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados quites com direito a voto, no mesmo *link*, às 09h30min, para deliberar a respeito das seguintes ordens do dia: **I)** Aprovação e implantação do Código de Ética e Conduta do Sinduscon-MG; e **II)** Assuntos Gerais. Somente terão direito a voto as empresas associadas ao Sinduscon-MG. Belo Horizonte, 18 de julho de 2024. **Renato Ferreira Machado Michel – Presidente**.

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 13 de setembro de 2024, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 16 de setembro de 2024, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 073876230010540, firmado em 22/09/2014 e rerratificação em 08/10/2014, com o(s) **Fiduciante(s) ODINIR SACERDOTE/LUCILENE APARECIDA DA SILVA CACHIOLO**, maior/maior, inscrito no CPF n° 667.025.699-04/978.735.439-00, no dia **13 de setembro de 2024, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 748.259,68 (Setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 111.577 do Oficial de Registro de Imóveis de Contagem/MG, constituído pela Casa nº 02, do Residencial Paineiras II, situada a Rua das Paineiras, nº 135, Bairro Lúcio de Abreu, em Contagem/MG, com área construída de 157,52m², área privativa descoberta de 101,24m² e sua respectiva fração ideal de 0,5000, direito a 01 vaga de garagem descoberta. Cadastro Municipal: 1098300890020. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.09 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5015992-35.2020.8.13.0079. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16 de setembro de 2024, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 364.841,30 (Trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.16185).

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 01 de agosto de 2024, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 02 de agosto de 2024, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010329901, firmado em 26/09/2022, com o(s) **Fiduciante(s) SILVANA DE CASTRO FONSECA CARVALHO**, maior, inscrito no CPF n° 332.937.166-87, no dia **01 de agosto de 2024, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 392.000,00 (Trezentos e noventa e dois mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 52.246 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Sete Lagoas/MG, constituído por Casa residencial de nº 1.215-B, unidade 02, com a área privativa (principal) 97,01m², outra área privativa (descoberta) 37,41m² sendo vaga de garagem para veículos de porte médio, área privativa total 134,42m², área real total 134,42, fração ideal de terreno correspondente a 0,32692, edificada no Condomínio Residencial Florence, sito na Rua José Marcelino Queiroz, Bairro Centenário, em Sete Lagoas/MG. Cadastro Municipal: 0313010430036002. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.03 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5032669-05.2023.8.13.0672. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **02 de agosto de 2024, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 318.919,00 (Trezentos e dezoito mil, novecentos e dezenove reais)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.20547).

AGRONEGÓCIO

CURTAS

Operação "Rei do Gado"

FOTO: DIVULGAÇÃO / RECEITA FEDERAL

A Receita Federal realizou ontem a operação "Rei do Gado" para apurar a sonegação de impostos de mais de R$ 1 bilhão na compra e venda de gado. Um mandado de prisão preventiva foi cumprido em Brasília, e outros 50 mandados de busca e apreensão seriam cumpridos em Minas Gerais, Maranhão, Goiás e Tocantins. A ação da Receita Federal ocorre com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Ministério Público do Estado do Maranhão. Os alvos das investigações são produtores rurais. A suspeita é que eles estejam envolvidos em um esquema que envolve vendas fraudulentas que somaram R$ 1,4 bilhão no período entre julho de 2020 e abril de 2023. A estimativa é que somente em tributos federais tenham sido sonegados R$ 300 milhões. Em Minas, foram cumpridos mandados em Bambuí e Luz, no Centro-Oeste do Estado.

Cupping e Negócios de Cafés Diferenciados

Estão abertas as inscrições para a 3ª edição do Cupping e Negócios de Cafés Diferenciados, que será realizado durante a Semana Internacional do Café (SIC), de 20 a 22 de novembro, em Belo Horizonte. O Cupping é uma iniciativa do Sistema CNA/Senar, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). O projeto também tem como parceiros a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), o Sebrae, por meio do "Juntos pelo Agro", e a empresa da especialista em cafés especiais Helga Andrade. Produtores rurais interessados podem se inscrever até o dia 1º de outubro por meio do seguinte link: *cnabrasil.org.br/cuppingcafe24*. Já os compradores têm até o dia 15 de novembro para preencher a ficha de manifestação de interesse. O regulamento completo está no site da CNA.

Emissão do CCIR

Termina hoje (18) o prazo para o produtor rural emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) 2024. O documento está disponível no portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para emissão e ainda dá tempo porque o prazo encerra-se às 23h59. O CCIR 2024, que é emitido gratuitamente, substituirá o documento expedido em 2023 e só será válido com a quitação da Taxa de Serviços Cadastrais referente a exercícios anteriores. Importante destacar que, caso o imóvel rural possua algum tipo de impedimento cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), o CCIR não estará disponível para emissão. Neste caso, o titular deverá entrar em contato ou se dirigir às Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, vinculadas às Prefeituras Municipais, às Unidades Avançadas do Incra ou às Salas da Cidadania das Superintendências Regionais do Incra, a fim de receber orientações para resolução da pendência existente.

Fazenda das Almas, em Cabo Verde, no Sul de Minas, tem cafeeiros que ficam em altitude entre 950 e 1.150 metros FOTO: DIVULGAÇÃO / FERNANDA-FABRINO

Ambiente sustentável: diferencial para a China

CAFEICULTURA Lote especial de 30 sacas da Fazenda das Almas, em Cabo Verde, no Sul de MG, é um dos cafés vendidos para rede chinesa Luckin Coffee

MICHELLE VALVERDE

A produção sustentável aliada aos cuidados ao longo de toda a produção foram essenciais para que o café produzido na Fazenda das Almas, em Cabo Verde, no Sul de Minas Gerais, despertasse o interesse do mercado internacional. O lote especial de 30 sacas é um dos cafés que compõem as 120 mil toneladas de café brasileiro negociado com a Luckin Coffee neste ano.

A maior rede de café chinesa possui mais de 16 mil lojas no país e firmou memorando de entendimento com o governo brasileiro para a promoção do café nacional em toda a rede. O acordo deve movimentar cerca de US$ 500 milhões em exportações de café.

O proprietário da Fazenda das Almas, Virgolino Adriano Muniz, que está na atividade desde 1980, atribui a negociação ao trabalho desenvolvido na unidade. A venda do café para a Luckin Coffee é um reconhecimento da qualidade superior do café e incentivo para continuar melhorando ainda mais. "Quando uma empresa do porte da Luckin Coffee compra um lote de café especial de uma fazenda, é sinal que se surpreendeu com a qualidade. Isso confirma que o trabalho ali realizado está na direção correta, além de estimular a fazer ainda mais para aprimorar os itens que influenciam na qualidade", comemora.

Para Muniz, o diferencial do café vendido para a rede chinesa é uma soma de fatores: "Vários fatores diferenciam o nosso café, incluindo, por exemplo, o ambiente sustentável que desenvolvemos na fazenda. Além disso, temos cuidado com o cafeeiro e com os frutos em cada etapa da produção e do processamento. Tudo isso resultou em um café com aroma de frutas tropicais, sabor de ameixa, morango, uva, acidez tartárica, corpo licoroso, retrogosto doce e prazeroso".

Visibilidade - A negociação com a Luckin Coffee, segundo o cafeicultor, também traz mais visibilidade para a produção da Fazenda das Almas, podendo gerar, assim, outros negócios. "Ganhamos um lugar de destaque e muita visibilidade na negociação do Brasil com a China, o que deixou toda a equipe da Fazenda das Almas muito contente e, também, com a expectativa de novos negócios", disse.

Muniz explica ainda que o lote foi negociado em janeiro de 2023 junto à SMC Specialty Coffees da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), do Sul de Minas Gerais. A SMC foi a responsável por comercializar o lote com uma empresa chinesa e, essa, para a Luckin Coffee.

"Como a fazenda tem a certificação Rainforest Alliance, que exige rastreabilidade, a Luckin Coffee conheceu a origem do lote do café comprado", completa.

Em relação aos preços, os cafés especiais têm valores compatíveis com a qualidade, diferenciando da produção do café *commodity*. "O preço do café especial é interessante e vantajoso, principalmente em épocas de preços baixos do café, o que mantém a rentabilidade da fazenda. Na época de preços altos, o diferencial é menos significativo", confirmou o produtor.

> **"Vários fatores diferenciam o nosso café, incluindo, por exemplo, o ambiente sustentável que desenvolvemos na fazenda. Além disso, temos cuidado com o cafeeiro e com os frutos"**
>
> Virgolino Adriano Muniz

Cinco pontos são essenciais para alta qualidade

A produção dos cafés especiais exige muita dedicação e trabalho. Na Fazenda Das Almas, Virgolino Adriano Muniz destaca cinco pontos essenciais para que os cafés tenham alta qualidade. Segundo o produtor, a unidade tem uma altitude que varia de 950 a 1.150 metros e possui fragmentos florestais próximos dos talhões, o que alivia a temperatura nos dias quentes. Então, isto favorece o desenvolvimento do cafeeiro e promove melhoria da qualidade.

Outro ponto são as variedades do café e a seleção das melhores opções para o plantio, o que é feito em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). "Na unidade, existem variedades mais antigas que expressam ótima qualidade. Hoje também temos dois campos experimentais da Epamig. O primeiro foi instalado há cinco anos e o outro há dois anos. Estes campos nos dão o privilégio de conhecer perfeitamente as cultivares no sentido de vigor, resistência a pragas e doenças, produtividade e qualidade. Hoje sabemos claramente quais os cultivares que devemos usar nos próximos plantios", confirma.

Outro ponto de atenção para garantir a qualidade é o manejo bem-feito na entressafra. Incluindo, por exemplo, as adubações, controle do mato, de pragas e doenças, desbrotas e cuidados foliares.

A colheita e o pós-colheita também merecem atenção especial. Conforme Muniz, há o momento certo para iniciar a colheita, de tal forma que se consiga o máximo de cafés cerejas. Já o pós-colheita é essencial para manter a qualidade obtida nos processos anteriores. Assim, a fazenda é totalmente equipada e os funcionários capacitados para que o café expresse o melhor potencial.

"O trabalho pós-colheita, não vou dizer que é o mais importante, mas é aquele que mantém a qualidade conseguida nos estágios anteriores. Talvez, com os cuidados, se consiga melhorar a qualidade um pouco mais", finaliza o cafeicultor. **(MV)**

Virgolino Muniz: parceria com Epamig é essencial para produção de cafés especiais na Fazenda das Almas FOTO: IGOR ROCHA / EPAMIG

NEGÓCIOS

Stuqui Projetos tem planos ambiciosos para Minas Gerais

ENGENHARIA CIVIL Estimativa é ampliar o número de franqueados e encerrar o ano com mais oito unidades

MICHELLE VALVERDE

A Stuqui Projetos, rede de franquias de engenharia civil e arquitetura, está expandindo a atuação em Minas Gerais. Com dez unidades já instaladas no Estado, a estimativa é ampliar o número de franqueados e encerrar o ano com mais oito unidades. As expectativas positivas em relação às oportunidades de obras no setor de construção civil são fatores que contribuem para o bom desempenho das unidades franqueadas no Estado e para a expansão da rede.

A Stuqui Projetos faz parte do Grupo Stuqui, *holding* detentora de marcas que conta ainda com a Stuqui Engenharia, Freshy Clean e o Stuqui Bank. Além do Brasil, a empresa atua em Portugal.

De acordo com o engenheiro e fundador da Stuqui Projetos, Hiago Stuqui, Minas Gerais é um mercado promissor para a franquia. "Somos a primeira franquia para arquitetos e engenheiros no Brasil. Nossa atuação em Minas Gerais é crescente. Já gerenciamos uns bons milhões de obras no Estado, atuamos em Belo Horizonte, Pouso Alegre, Curvelo, Patos de Minas, Sete Lagoas, entre outras".

Hoje, no Estado, a Stuqui Projetos conta com unidades no modelo *home based*. A empresa atua redirecionando os clientes captados por ela para os franqueados, que são engenheiros e arquitetos. Assim, não há necessidade de o franqueado captar novos clientes, focando o trabalho no desenvolvimento dos projetos. A atuação é na construção civil, tanto para obras particulares como para os governos.

"Desenhamos um modelo de negócio específico para engenheiros e arquitetos. Entregamos um negócio que já vem com clientes, ou seja, o franqueado não tem responsabilidade com a parte comercial da franquia e deve apenas atender os clientes direcionados pela franqueadora".

Conforme os dados da Stuqui, o atendimento prestado consiste em três serviços: vistoria técnica, avaliação de imóveis e laudo de patologias. O franqueado pode realizar tanto um quanto dois ou três serviços. Quanto maior o leque de serviços que o franqueado atende, maior também o seu faturamento.

O franqueado não tem responsabilidade com a parte comercial da franquia, garante Hiago Stuqui FOTO: DIVULGAÇÃO / STUQUI PROJETOS

"Somos a primeira franquia para arquitetos e engenheiros no Brasil. Nossa atuação em Minas é crescente. Já gerenciamos uns bons milhões de obras no Estado"
Hiago Stuqui

Modelos de franquia - Hoje, são três modelos da franquia. O primeiro é o *home based*, que demanda um investimento de R$ 26.634. A outra opção é o Escritório Street, cujo custo é de R$ 244.078 e o modelo Escritório Shopping, com custo de R$ 120.241.

"Lançamos, recentemente, o modelo escritório. Em Belo Horizonte, principalmente, há grandes oportunidades financeiras para expandir o número de franqueados e explorar essa região que é bastante viável economicamente. Hoje, temos dez unidades *home based* no Estado, mas estamos abertos para a ampliação em Minas para o modelo escritório, que diferente do *home*, tem ponto físico. Atualmente, há duas negociações para aberturas no Estado".

A expectativa de faturamento da Stuqui Projetos para 2024 é superar R$ 10 milhões. Quanto às aberturas, a estimativa é encerrar 2024 com 80 novas unidades de escritórios e 20 unidades no modelo para *shoppings* no Brasil. Em Minas, a projeção é abrir mais oito unidades, sendo três no modelo escritório em *shoppings* e cinco no modelo rua.

VEÍCULOS

Grupo Carbel vai inaugurar três revendas BYD

DIONE AS

O Grupo Carbel vai inaugurar, no próximo mês, a primeira concessionária Carbel BYD, que vai oferecer veículos elétricos e híbridos da montadora chinesa BYD. Agência será instalada na avenida Nossa Senhora do Carmo, 506, no Sion, região Centro-Sul da capital mineira.

O ponto é um endereço bastante conhecido na cidade, pois ao lado da futura concessionária está a Igreja Nossa Senhora do Carmo, assim como a loja da Carbel Volkswagen. E de frente à nova operação, fica a Carbig.com, outra marca do grupo, mas voltada ao mercado de seminovos.

Aproximadamente 80 vagas de emprego foram criadas para atender não somente à nova Carbel BYD, com previsão de inauguração na primeira quinzena de agosto Outras duas operações do mesmo segmento estão previstas para entrar em operação, sendo mais uma Carbel BYD em Belo Horizonte, e outra em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

O superintendente da Carbel BYD, Renato Amorim, está otimista com a abertura da nova operação na capital mineira. "A expectativa com a chegada da BYD no Grupo Carbel é altíssima. Primeiro, pelo momento da marca no Brasil: uma grande variedade de modelos disponíveis para atender consumidores dentro do perfil de carro desejado e com a força que o Grupo Carbel tem no mercado mineiro. Tenho certeza de que montaremos uma grande equipe e que cada integrante ajudará a construir uma bela história conosco", diz.

Parceria com a montadora chinesa BYD - Em uma parceria inédita, o Grupo Carbel firmou recentemente um contrato com a BYD Brasil. A empresa será um braço de operações da montadora chinesa no segmento varejista.

Na concessionária que será aberta ao público no bairro Sion, assim como nas unidades ainda previstas em Belo Horizonte e Contagem, os veículos serão dos segmentos elétrico e híbrido, mantendo a primeira posição de veículos de destaque da fabricante chinesa.

Para o CEO do Carbel Auto Group, Pedro Pentagna Guimarães, a chegada da marca ao portfólio de empreendimentos da empresa contribui com a diversificação dos veículos oferecidos para atender os mineiros.

"O Grupo Carbel traz a BYD ampliando a gama de produtos e serviços para os mineiros que buscam as vantagens de inteligência, eficiência e segurança que a eletrificação proporciona. Todo o compromisso do Grupo Carbel com os mineiros, construído durante os 55 anos de história junto aos nossos clientes, agora também entregue na liderança da eletrificação", conclui.

Chegada da BYD ao portfólio de empreendimentos da empresa contribui com a diversificação dos veículos oferecidos para atender os mineiros FOTO: DIVULGAÇÃO / BYD

INOVAÇÃO EM PAUTA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas

Guia Básico de Inovação Tecnológica para Empresas é lançado

Nos tempos atuais, a inovação vai além de um diferencial competitivo, e torna-se uma necessidade imperativa para as empresas que desejam não apenas sobreviver, mas prosperar em um mercado global dinâmico e desafiador. Esta semana foi lançada a 3ª edição do Guia Básico de Inovação Tecnológica para Empresas, elaborado pela consultoria TroposLab. Com o lançamento do novo guia, é dado um passo crucial para auxiliar líderes empresariais e empreendedores a navegarem pelos complexos caminhos da inovação estratégica.

O Guia permite inserir as pessoas nos temas e práticas mais relevantes da inovação e também ajuda quem já começou a avançar em questões como fomento e inovação aberta.

Assim, ele trata desde um vocabulário básico da inovação, aborda conceitos-chave como os tipos de inovação, como organizar programas de inovação dentro das empresas, como produzir inovação em conjunto com universidades e *startups*, como interagir com o ecossistema de inovação, dentre outros aspectos relacionados a fundamentos da cultura inovadora. Além disso, essa nova edição fala de como a inovação conversa com ESG e passa por algumas tecnologias que estão mudando o mundo, explicando sua importância e impacto.

> *"O Guia é uma contribuição para inserir e acelerar práticas que podem produzir resultados estratégicos para as empresas e para a nossa economia"*

De acordo com Renata Horta, Diretora de Crescimento na Tropos Lab e responsável pela elaboração do guia, "o Brasil tem uma economia que sofre com sua baixa competitividade, o Guia Básico da Inovação nas empresas é uma contribuição para inserir e acelerar práticas que podem produzir resultados estratégicos para as empresas e em consequência para nossa economia."

Este guia não é apenas um manual, mas um convite para as empresas se posicionarem na vanguarda da mudança. Este é o momento de desafiar o *status quo*, explorar novas ideias e abraçar a inovação como um princípio fundamental de operação. À medida que embarcamos nesta jornada coletiva de descoberta e transformação, cada página deste guia oferece ferramentas poderosas e inspiração para criar um futuro empresarial mais resiliente, responsável e inovador, tudo isso com linguagem simples e de fácil compreensão.

"As empresas ainda têm uma grande dificuldade em implementar a inovação de uma forma estratégica, as lideranças ainda não estão tendo repertório suficiente de tecnologia e inovação para conduzir a cultura, a estratégia é fazer as mudanças necessárias, espero que o Guia gere *insights* importantes, mas é só o começo", reforça Renata Horta.

Portanto, não deixe de explorar este recurso e iniciar sua jornada rumo a uma inovação significativa e transformadora. O futuro da sua empresa começa agora, baixe o material completo no *link https://troposlab.com/conteudo/*.

A natureza exuberante de Minas Gerais mais uma vez provou atrair turistas de dentro e fora do Estado. Um desses destinos é a Serra da Piedade, parte do conjunto da Serra do Curral, com elevação de 1.746 metros FOTO: MARCELO ROSA / ARQUIDIOCESE DE BH

Minas Gerais e Bahia lideram expansão do setor no Brasil

TURISMO Dados do IBGE colocam os estados no topo do *ranking*; geração de emprego relacionado à atividade também cresceu no Estado

Minas e Bahia estão empatados na liderança do crescimento econômico do turismo no Brasil. Entre maio de 2023 e maio deste ano, os estados registraram, respectivamente, aumento de 11,8% e 11,9%, segundo o mais recente relatório do Observatório do Turismo de Minas Gerais, edição julho 2024, realizado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta mineira foi aproximadamente o dobro (195%) da média nacional, que teve variação de 4%. No comparativo entre maio de 2024 e maio de 2023, o turismo de Minas Gerais cresceu 8,1%, índice 1.257% acima do cenário brasileiro, que registrou queda de -0,7%.

Para o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas de Oliveira, o desempenho positivo deve-se às muitas frentes de atuação da pasta, que aposta na transversalidade entre cultura e turismo para atrair visitantes e investimentos para o Estado.

"Estamos na Semana de Minas, iniciativa que promove diversas manifestações artísticas para valorizar a riqueza e diversidade cultural do Estado. Paralelamente, a campanha turística Inverno em Minas, que tem como meta posicionar o Estado como o principal destino de frio do Brasil, conta com mais de 500 ações em cerca de 400 municípios. O trabalho contínuo para transformar os atrativos mineiros em produto turístico é a nossa fórmula de sucesso", afirma Oliveira.

Geração de emprego também cresce - Minas Gerais também apresentou crescimento na geração de postos de trabalho. De acordo com o Novo Caged, maio alcançou 405.425 empregados formais no turismo, um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Na cultura, o estoque de empregos chegou a 366.276, representando alta de 3,5% em comparação com maio de 2023 e 0,19% em relação a abril deste ano.

Políticas públicas como o ICMS Turismo, que, entre janeiro e maio deste ano, repassou R$ 30,9 milhões aos municípios, programas como o Minas para o Mundo: Mundo para Minas e a promoção do Destino Minas em feiras e eventos nacionais e internacionais também fortalecem o setor e estimulam o cenário de geração de emprego e renda.

"O lançamento, em 2023, do Mais Turistas, com o Minas Criativa, solidificou e deu corpo às políticas públicas em prol do fortalecimento da economia da criatividade no Estado. Temos trabalhado cada vez mais com parceiros do *trade* turístico, da iniciativa privada e de outros entes do governo de Minas", complementa Leônidas de Oliveira.

Parques estaduais em alta - A natureza exuberante de Minas mais uma vez provou atrair turistas de dentro e fora do Estado. Somente em maio, os parques estaduais receberam 50.741 visitantes, um aumento de 47,3% em relação ao mesmo período de 2023.

Entre eles, o que mais se destacou foi o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, localizado em uma área que abrange Belo Horizonte e outros três municípios da região metropolitana da capital mineira: Brumadinho, Nova Lima e Ibirité.

O terceiro maior parque de preservação ambiental em área urbana do Brasil registrou 17.996 visitas no período, demonstrando ser uma ótima opção para passeios bate e volta saindo de BH ou de Brumadinho, onde fica o Inhotim.

"Minas tem um potencial incrível de turismo ecológico que está sendo cada dia mais valorizado e que atrai pessoas de todos os cantos. As Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) receberam, ao longo de 2023, quase um milhão de visitantes, o maior número dos últimos quatros anos", relata a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

> **"O lançamento, em 2023, do Mais Turistas, com o Minas Criativa, solidificou e deu corpo às políticas públicas em prol do fortalecimento da economia da criatividade no Estado"**
> Leônidas de Oliveira

"Além de se destacarem pela beleza cênica e importância para a preservação ambiental, muitas delas possuem estrutura adequada para receber turistas e proporcionam diversos atrativos naturais como cachoeiras, lagoas, mirantes, trilhas ecológicas, cavernas, formações geológicas e o contato único com espécies nativas da flora e fauna silvestres", complementa.

Aeroportos movimentados - O aquecimento do turismo em Minas se refletiu na movimentação dos aeroportos do Estado. Conforme dados da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), Minas registrou 5.652 pousos de aeronaves em maio, aumento de 10,67% em relação a maio de 2023. No somatório de janeiro a maio, foram 26.862 pousos no Estado, representando alta de 6,9% no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Em maio, 565.189 passageiros desembarcaram em solo mineiro, número que equivale a 11,88% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2023. No período de janeiro a maio, o total chegou a 2,6 milhões, uma variação positiva de 6,61% em relação ao período anterior.

Os turistas de São Paulo vieram em maior número (43,17%), seguidos pelos próprios mineiros (11,18%), visitantes da Bahia (8,96%) e Rio de Janeiro (8,61%). Entre os estrangeiros, os maiores emissores foram Portugal (34,62%), Panamá (29,79%), Chile (14,41%) e Colômbia (13,67%). **(Agência Minas)**

ACMinas lança projeto para o Caraça

A Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) promoverá, na tarde desta sexta (19), uma solenidade de lançamento do projeto para obtenção junto à Unesco da titulação de patrimônio documental da humanidade para o Santuário do Caraça, localizado na região Central de Minas, através do programa Memórias do Mundo.

De acordo com o presidente do Conselho Empresarial de Cultura da ACMinas, Jorge Carlos Borges de Souza, a candidatura se baseará em um dossiê com pesquisas documentais feito por historiadores. "Todo o trabalho será executado nas dependências do Caraça, em bibliotecas, arquivos e em fontes de documentos externas localizadas dentro e fora do Estado de Minas Gerais", contou.

Além do lançamento, haverá uma homenagem pelos 250 anos de fundação do Santuário do Caraça. A menção honrosa será realizada durante visita da diretoria executiva da ACMinas, composta pelos vice-presidentes, ao local, onde o presidente da entidade, José Anchieta da Silva, entregará ao diretor-geral do Santuário, Pe. Paulo Eustáquio Venuto, uma placa comemorativa.

"Com o Grupo de Trabalho (GT) do Caraça, nomeado pela presidência da entidade e formado por membros dos Conselhos Empresariais, especialistas técnicos e da Associação dos Ex-Alunos dos Lazaristas e Amigos do Caraça (Aealac), foi possível estruturar a comemoração pelos 250 anos de fundação", relatou. "Esse trabalho demonstra que a ACMinas segue desenvolvendo e apoiando iniciativas que visam preservar o bem cultural para a humanidade e continua sendo representativa em diversos setores da capital mineira", concluiu Jorge Carlos Souza.

Leitura vai ampliar operações no Triângulo Mineiro

EXPANSÃO Entre as inaugurações, está uma unidade no segundo piso do Uberlândia Shopping, a 116ª da rede no Brasil, com 320 m² de área bruta locável, sendo 280 m² de área de vendas

LEONARDO LEÃO

A Livraria Leitura inaugurou a segunda unidade da rede em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. A nova loja está localizada no segundo piso do Uberlândia Shopping, e pode marcar o início de uma expansão da Leitura prevista na região. Esta é a 116ª operação da empresa no Brasil.

A unidade possui 320 metros quadrados (m²) de área bruta locável, sendo 280 m² de área de vendas. O sócio-gerente da Livraria Leitura e responsável pelas operações na cidade, Bruno Teles, revela que, desde a inauguração na última quinta-feira (11), a nova unidade tem apresentado desempenho positivo e acima das expectativas. Além disso, a livraria foi uma das marcas mais solicitadas pelos clientes do *shopping*.

A empresa está otimista com o novo empreendimento. "A expectativa é a melhor possível. Abrimos no meio da semana e fizemos um bom trabalho de divulgação e parcerias com influenciadores da cidade. Com menos de uma semana, já estamos tendo resultados dentro ou até acima do esperado", relata Teles.

O sócio-gerente da rede mineira de livrarias ressalta que a unidade é uma aposta da Leitura na Zona Sul de Uberlândia, uma região ainda em desenvolvimento com pouca verticalização, mas com grande potencial de crescimento nos próximos anos. "Essa região não tem muita densidade demográfica, mas é o maior canteiro de obras da cidade", completa.

Teles explica que a empresa não espera que a loja supere o desempenho apresentado pela outra operação na cidade, localizada no Center Shopping, a primeira da marca em Uberlândia. Isso porque essa outra operação está localizada em um *shopping* maior e mais consolidado, com fluxo de consumidores até três vezes maior do que o local da nova operação, e em uma região do município com grande densidade demográfica.

> **"A expectativa é a melhor possível. Abrimos no meio da semana e fizemos um bom trabalho de divulgação e parcerias com influenciadores da cidade"**
>
> Bruno Teles

As vendas de livros físicos são responsáveis por 93,5% dos negócios desse mercado FOTO: DIARIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J SILVA

Uberaba no radar - Quanto à possibilidade de expansão no Triângulo Mineiro, Teles revela estar interessado em abrir futuramente uma loja na cidade de Uberaba. A empresa já realizou algumas reuniões com representantes do Shopping Uberaba para negociar uma possível abertura, mas até o momento não há nada confirmado. "Eu estou otimista, quem sabe possa surgir algo para o segundo semestre do ano que vem. Tudo agora depende do *shopping*", relata.

Ele explica que o empreendimento é considerado ideal pela rede devido a sua baixa vacância e pelo fato de a cidade de Uberaba estar a cerca de uma hora de viagem de São Paulo. Além disso, segundo Teles, muitos uberabenses têm viajado até Uberlândia para frequentarem as unidades da rede de livrarias Leitura, o que demonstra uma importante demanda na cidade pelos serviços da empresa.

O sócio-gerente da rede mineira de livrarias Leitura, Bruno Teles, também destaca as dificuldades que as empresas que atuam nesse segmento têm enfrentado no Brasil. Ele explica que esse negócio é caracterizado por possuir uma margem mais baixa se comparado a outros mercados, com as empresas tendo que apostar no volume de vendas.

Um bom exemplo desse cenário desafiador, segundo ele, está nos casos de grandes livrarias do País em recuperação judicial ou até decretando falência. "O mercado de livrarias físicas no Brasil não é fácil, mas nós estamos otimistas", declara.

Apesar das dificuldades, Teles aponta que os livros físicos são responsáveis por 93,5% desse mercado. "Muitas pessoas ficam falando do livro digital, mas o físico ainda é muito forte no Brasil", pontua. Segundo ele, esse desempenho pode estar ligado ao aumento nos casos de ansiedade e depressão entre os brasileiros. "As pessoas estão buscando menos telas e mais livros", avalia.

IGUALDADE DE GÊNERO

Ciências Médicas terá mulher à frente da diretoria geral

O Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) nomeou a primeira diretora-geral na história da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCM-MG), uma das mais prestigiadas escolas de medicina do País, com mais de 70 anos de tradição no ensino em saúde.

Pela primeira vez, uma mulher assume a diretoria-geral da instituição. A médica ginecologista e professora Cláudia Lourdes Soares Laranjeira, que anteriormente ocupava o cargo de Diretora de Graduação e 1ª vice-diretora, foi nomeada como diretora-geral da FCM-MG. Juntamente com ela, a subcoordenadora do curso de Medicina, Susan Martins Lage, assume o cargo de vice-diretora.

Estou preparada para este novo desafio, disse Cláudia Laranjeira FOTO: DIVULGAÇÃO / FCM-MG

Susan Martins Lage assume o cargo de vice-diretora da FCM-MG FOTO: DIVULGAÇÃO / FCM-MG

A Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais tem sido pioneira em diversas áreas, com uma infraestrutura moderna que inclui laboratórios de última geração, bibliotecas bem equipadas e um hospital universitário que oferece atendimento 100% SUS de alta qualidade à população. A instituição é reconhecida por seu corpo docente altamente qualificado, programas de pesquisa inovadores e uma abordagem pedagógica centrada no aluno.

Para a nova diretora-geral, esse momento representa um marco importante. "Esse é um momento histórico para a instituição. Pela primeira vez em mais de 70 anos, temos duas mulheres assumindo cargos de relevância na composição da FCM-MG. Estou preparada para este novo desafio, buscando sempre a qualidade do nosso ensino e destacando a instituição como referência no país no ensino em saúde", afirmou a Professora Cláudia Lourdes Soares Laranjeira.

Além de suas contribuições acadêmicas, a Professora Cláudia Laranjeira é conhecida por seu trabalho em projetos de extensão que visam melhorar a saúde da população. Ela tem um papel ativo em iniciativas que promovem a saúde preventiva e a educação em saúde, reforçando o compromisso da FCM-MG com a responsabilidade social.

O presidente da Feluma, Dr. Wagner, comentou sobre a escolha: "A nomeação da professora Cláudia Laranjeira representa um avanço importante para a FCM-MG e para a Feluma. Ela possui uma trajetória exemplar e tenho plena confiança em sua capacidade de liderar a instituição com excelência. Seu compromisso com a educação e a saúde será fundamental para continuarmos a desenvolver e fortalecer nossa missão."

O Reitor da Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma) e da Faculdade Ciências Médicas, professor José Celso Cunha Guerra Pinto Coelho, também expressou seu entusiasmo com a nomeação. "Estou muito orgulhoso por esse novo momento. A professora Cláudia Laranjeira tem muita competência para assumir esse cargo e não tenho dúvidas de que irá fazer um trabalho excepcional, como já vinha fazendo. Juntos, trabalhamos para oferecer uma educação de qualidade e para preparar nossos alunos para desenvolver o melhor trabalho para a comunidade", destacou o reitor.

A FCM-MG continua comprometida com sua missão de promover excelência no ensino em saúde. A nova liderança promete fortalecer ainda mais essa trajetória de sucesso, com planos para expandir os programas de pesquisa, melhorar a infraestrutura e aumentar a colaboração com outras instituições de ensino e saúde, tanto no Brasil quanto no exterior.

CONJUNTURA

Agenda 2030 desafia empresas

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Análise baseada no Relatório Luz, que avalia a implementação dos ODS no Brasil, indica efeito negativo no mundo corporativo

Brasil apresentou progresso insuficiente em uma a cada três metas das 168 listadas FOTO: REPRODUÇÃO ADOBESTOCK

São Paulo - O setor privado tem tido efeito negativo no cumprimento da chamada Agenda 2030, ano previsto para o alcance das metas que compõem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados no âmbito da ONU. A avaliação é de Alessandra Nilo, coordenadora do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que reúne 64 organizações atuantes no Brasil e que elabora, desde 2017, o Relatório Luz, documento que avalia a implementação dos ODS no Brasil.

A edição de 2024 do documento, lançada nesta semana na sede da ONU em Nova York, apontou que o Brasil apresentou progresso insuficiente em um a cada três metas das 168 ligadas aos ODS avaliadas pelo estudo. Uma a cada quatro dessas metas está estagnada (25,6%) ou sofreu retrocesso (23,8%), enquanto 5,9% estão ameaçadas e 7,7% tiveram progresso considerado satisfatório, ou seja, são metas com chances de serem atingidas em 2030.

"O setor privado ao qual me refiro é o das megacorporações, das empresas extrativistas e daquelas que não estão aliadas ao desenvolvimento sustentável. Alguns setores têm causado os maiores danos ao meio ambiente, aos direitos humanos e à saúde", aponta.

Ela afirma que o setor privado tem sido convidado a contribuir com a Agenda 2030. "Mas, infelizmente, parte dele ainda não está alinhado de forma suficiente com o desenvolvimento sustentável ou tem usado, como alinhamento, essa ideia de ESG, que é a grande moda", diz, apontando para a desproporção entre ações danosas provocadas por certas corporações frente a suas alegadas práticas sustentáveis.

Segundo Alessandra Nilo, essas corporações têm ocupado espaços nacionais e internacionais, como o G20 e as Nações Unidas. "Elas pedem desregulamentação, aumento de subsídios governamentais e um ambiente favorável aos negócios. E têm enorme influência no Congresso Nacional Brasileiro", afirma ela, que também e coordenadora do C20, grupo de 1.700 organizações internacionais em diálogo com o G20, grupo das 20 maiores economias do mundo.

A coordenadora do GT avalia que o setor privado no Brasil não quer correr riscos. "Quer que o governo banque os riscos para que ele depois colha os frutos, numa lógica muito estranha e desigual", diz, com uma ressalva. "Não se pode generalizar. O setor privado tem de tudo. Mas existe um grupo que é muito forte, de grandes corporações, geralmente ligadas às multinacionais, que estão causando um dano terrível ao planeta na sua combinação".

Outro ponto em que a atuação do setor privado é criticada no relatório é no estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP) que criam relações pouco transparentes com governos nacionais e subnacionais, o que dificulta monitoramentos e cobranças de atuação.

"O Brasil avançou muito nesses últimos anos em processos de construção de PPPs, mas muitas delas sequer nos permitem acesso aos documentos sobre o tipo de parceria está sendo feita no momento em que governos entregam ao setor privado estruturas construídas com recursos públicos", critica. Ela cita como exemplo os modelos de concessão que têm órgãos de regulação e fiscalização "não suficientemente fortes para garantir serviços de qualidades acessados por todas as pessoas".

De acordo com Alessandra Nilo, as discussões do grupo de trabalho sobre a Agenda 2030 têm tratado do papel dos bancos públicos no desenvolvimento sustentável. "A gente precisa fazer com que os recursos públicos financiem projetos e iniciativas que beneficiam a coletividade, e não projetos e iniciativas que beneficiam um grupo muito limitado de pessoas, deixando de fora a maioria". **(Fernanda Mena/ Folhapress)**

> **"O setor privado ao qual me refiro é o das megacorporações, das empresas extrativistas e daquelas que não estão aliadas ao desenvolvimento sustentável. Alguns setores têm causado os maiores danos ao meio ambiente, aos direitos humanos e à saúde"**
> Alessandra Nilo

No ritmo atual, nem 17% das metas serão alcançadas, diz membro da ONU

São Paulo - O secretário-geral da ONU, Antônio Guterrez, declarou que, no ritmo atual, sequer 17% das metas dos ODS serão alcançadas. Entre os ODS versam sobre temas como erradicação da pobreza (1º) e da fome (2º), educação (4º) e igualdade de gênero (5º), acesso à água (6) e à energia (7), promoção do crescimento econômico sustentável (8º) e medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (13º).

Os resultados do Relatório Luz 2024, baseados em dados de 2023, podem parecer trágicos, mas eles representam uma melhora em relação aos dados dos três últimos anos, quando mais da metade das 168 metas avaliadas estavam em retrocesso e no máximo 1% delas tinha progresso considerado satisfatório.

"Apesar de 58 das 168 metas avaliadas terem avançado de alguma forma, esse avanço é insuficiente para alcançarmos essas metas em 2030. Mesmo assim, esse dado precisa ser considerado em relação ao do ano passado, o que reflete um esforço para a reconstrução e retomada de políticas públicas que já deveriam estar nos entregando muito mais hoje", afirma.

Para Alessandra Nilo, coordenadora do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, o avanço é lento porque o passivo é enorme e tem raízes na má gestão da pandemia e na falta de priorização das políticas sociais e climáticas.

"O Brasil está ainda com muita dificuldade para se recuperar porque o estrago foi muito grande nesses últimos anos. Desde 2013, quando tivemos anos de PIB negativo, essas políticas públicas sociais e climáticas foram se desorganizando, o que culminou com o governo Bolsonaro, que atuava contra uma série de direitos. Então, o desafio é muito grande".

Crítico desde 2017 à Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, o relatório aponta que o novo arcabouço fiscal ainda é insuficiente para alocar recursos em áreas sensíveis como saúde, educação e promoção da igualdade de gênero.

Entre os ODS com pior desempenho no Brasil está o número 4, que pretende "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos". Das dez metas avaliadas ligadas ao ODS4, cinco estão em retrocesso, duas estão ameaçadas, uma estagnada e outras duas com progresso insuficiente.

"A dificuldade de avançar na educação também é fruto de ataques ao processo das políticas públicas e de tentativas de privatização. Quando a gente coloca uma lente de aumento, observa que houve uma tentativa de mais investimento na educação pública, mas é um setor muito cobiçado pelo setor privado." **(Fernanda Mena/Folhapress)**

Veja mais na pág 16

ÍNDICE DE PREÇOS

IGP-10 sobe 0,45% em julho e fica abaixo do esperado

São Paulo - O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) registrou alta de 0,45% em julho, após avançar 0,83% no mês anterior, em resultado abaixo do esperado, de acordo com os dados divulgados ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com o resultado, em 12 meses, o IGP-10 passou a subir 3,38%. A expectativa de analistas em pesquisa da Reuters era de avanço de 0,82% na base mensal.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, teve alta de 0,49% em julho, depois de subir 0,88% no mês anterior.

"Apesar dos efeitos sazonais e da desvalorização mais acentuada do real em relação ao dólar, os índices componentes do IGP-10 mostraram desaceleração de junho para julho. No âmbito do produtor, a queda nos preços dos alimentos in natura contribuiu para essa desaceleração", disse o economista do FGV IBRE, André Braz.

O subgrupo de alimentos in natura registrou queda de 3,99% na base mensal em julho, após subir 3,3% no mês anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), que responde por 30% do índice geral, registrou alta de 0,24% no mês, depois de subir 0,54% em junho.

No IPC, destacaram-se o desempenho dos preços de:

- Alimentação (0,97% para -0,12%);
- Habitação (0,52% para 0,14%);
- Saúde e Cuidados Pessoais (0,75% para 0,41%);
- Transportes (0,37% para 0,28%);
- Comunicação (0,26% para 0,08%).

Além disso, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-10) subiu 0,54% em julho, depois de uma alta de 1,06% em junho.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência. **(Reuters)**

O subgrupo de alimentos *in natura* registrou queda de 3,99% na base mensal, após subir 3,3% no mês anterior FOTO: ALESSANDRO CARVALHO / DIÁRIO DO COMÉRCIO

Revisão no BPC poderá gerar economia de R$ 6 bi

BENEFÍCIOS Gastos serão reduzidos no próximo ano com a reavaliação de cadastros

Brasília - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê uma economia de cerca de R$ 6 bilhões no ano que vem com a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Segundo dois técnicos ouvidos pela reportagem, a expectativa é poupar esse valor com medidas de revisão de cadastros, perícias de beneficiários há mais de quatro anos sem reavaliação e a revogação de normas que facilitam a concessão de novos benefícios.

Um terceiro integrante do governo afirma que a estimativa é conservadora e que os números efetivos alcançados pelo Executivo podem ser até maiores.

Além do BPC, estão na mira do governo benefícios como aposentadorias por invalidez sem revisão há mais de dois anos e auxílios-doença sem reavaliação há mais de 12 meses. Junto com medidas já implementadas neste ano, a economia nessa frente deve ser de pouco mais de R$ 8 bilhões.

A continuidade da revisão dos benefícios unipessoais do Bolsa Família, por sua vez, deve render mais R$ 1,3 bilhão.

A equipe econômica também vai fazer ajustes nas regras do Proagro, programa de seguro focado em pequenos e médios produtores.

Hoje, os bancos firmam novos contratos conforme a demanda e repassam ao governo federal a fatura a ser paga diante do acionamento do seguro. A equipe econômica, por sua vez, precisa honrar a despesa e fazer cortes em outros lugares, caso o valor supere o orçamento previsto como tem ocorrido nos últimos anos.

Segundo um técnico, a intenção do governo é imprimir no Proagro a lógica de uma despesa obrigatória com controle de fluxo: os contratos só poderão ser firmados se houver espaço no Orçamento para cobri-los, considerada a taxa de sinistros.

Isso significa que as instituições financeiras terão de calibrar a assinatura de novas apólices até que haja uma negociação com o governo, caso a demanda supere o espaço disponível.

Diligência - A avaliação no Executivo é de que a mudança pode inclusive incentivar maior diligência nesses contratos, alguns dos quais chamaram a atenção do governo no período mais recente por suspeita de irregularidades.

O corte de R$ 25,9 bilhões em gastos obrigatórios anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê o fim de brechas legais que favoreceram a escalada de gastos com benefícios sociais nos últimos anos. As mudanças tiveram o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início do mês. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

O Benefício de Prestação Continuada é pago pelo INSS a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda FOTO: CRÉDITO JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

"Estão na mira do governo benefícios como aposentadoria por invalidez sem revisão há mais de 2 anos e auxílios-doença sem reavaliação há mais de 12 meses"

Favorecidos serão convocados para atualização de dados

Brasília - O plano do governo federal é, no primeiro momento, convocar para atualização cadastral cerca de 900 mil beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão há mais de quatro anos sem passar por reavaliação, bem como aqueles que estão fora do CadÚnico, acima do limite de renda ou tiveram o benefício concedido pela via judicial.

O programa tem hoje quase 6 milhões de beneficiários, dos quais 1 milhão foi incluído nos últimos dois anos. A despesa com o programa está prevista em R$ 105,1 bilhões neste ano e poderá crescer mais R$ 10 bilhões no ano que vem se nada for feito.

As concessões do benefício tiveram uma aceleração considerável a partir do segundo semestre de 2022. Até então, o público do programa oscilava entre 4,6 milhões e 4,7 milhões, com pequenas variações mensais.

Em julho daquele ano, o governo habilitou 93 mil novos beneficiários. No mês seguinte, mais 90 mil. Desde então, as concessões têm se mantido superiores a 50 mil por mês.

Embora houvesse um represamento de pedidos, devido à fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), técnicos do governo veem uma situação de descontrole.

Segundo dados do governo, há hoje 339,5 mil beneficiários do BPC fora do Cadastro Único. Eles são candidatos naturais a passarem pela averiguação.

Os técnicos também vão examinar 763,4 mil benefícios concedidos pela via judicial e 174 mil que estão acima do limite de renda do programa, que é de ¼ do salário mínimo por pessoa (equivalente a R$ 353). É possível que uma mesma pessoa se encaixe em mais de uma dessas situações.

O início da revisão estava previsto para novembro, mas o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome trabalha para antecipar o cronograma.

Na Previdência, serão chamadas pessoas que recebem auxílio-doença há mais de um ano ou aposentadoria por invalidez há mais de dois anos sem revisão.

Também estão na mira os beneficiários do seguro-defeso (pago a pescadores artesanais na época em que a atividade é proibida), cujos pagamentos só serão liberados após recadastramento.

A equipe econômica também quer endurecer regras de repasse de recursos para estados e municípios. Uma das iniciativas é exigir dos entes o cadastro de todos os funcionários no eSocial para ter direito a cotas extras dos fundos de participação ou à redução na contribuição patronal ao INSS.

Outra proposta é adotar maior rigor na compensação previdenciária, um acerto de contas feito com estados e municípios quando um antigo segurado do INSS se aposenta pelos regimes próprios desses entes.

A ideia é exigir reciprocidade, isto é, o dinheiro só será repassado da União para o estado ou município se o ente também quitar suas obrigações na situação oposta. Hoje, quase não há esse fluxo de pagamento dos regimes próprios estaduais e municipais para o INSS. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

SERVIÇO PÚBLICO

Prazo para adequação ao PGD é ampliado

Brasília - Órgãos e entidades da administração pública federal terão mais 90 dias para se adequar às novas regras do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Instrução normativa publicada ontem altera as diretrizes do programa, que prevê, entre outras regras, a possibilidade de adoção da modalidade do teletrabalho no serviço público.

Inicialmente, o prazo para as instituições públicas entrarem em conformidade com as novas regras de implementação e execução do programa terminaria no dia 31 de julho, mas, com a alteração do texto, o prazo encerrará em 31 de outubro, sem possibilidade de nova prorrogação.

Outra mudança é a exigência do cumprimento de seis meses na modalidade presencial para servidores que se movimentarem entre órgãos e entidades da Administração Pública, antes de aderir ao teletrabalho. Além disso, servidores em modalidade de teletrabalho integral ou parcial devem necessariamente disponibilizar número de telefone atualizado, fixo ou móvel, para divulgação dentro do órgão e para o público externo.

O PGD, gerido pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, é uma ferramenta de gestão que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos servidores. **(ABr)**

CURTAS

Capitalização de juros

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por maioria, trecho de uma medida provisória (MP) que permite a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. Nessa operação, a instituição financeira calcula juros sobre os valores principais e sobre os próprios juros mensais devidos pelo empréstimo. Por isso, costuma ser chamada de "juros sobre juros". A decisão foi tomada na sessão virtual no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2316, apresentada pelo Partido Liberal (PL) contra o artigo 5º da MP 2170-36/2000. Para a legenda, a matéria está relacionada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, portanto, sua regulamentação deveria ter ocorrido por meio de lei complementar, e não de MP. Mas o relator do processo, ministro Nunes Marques, explicou que a MP trata somente da periodicidade da capitalização dos juros nos contratos de empréstimos, e, por isso, não era preciso uma lei complementar para regular o tema. De acordo com a jurisprudência do STF, a lei complementar só é obrigatória para regulamentar a estrutura do SFN.

FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Concorrência suspensa

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República oficializou, na última terça-feira (16), a suspensão da licitação para contratação de empresas prestadoras de serviços de comunicação digital, no valor de R$ 197,7 milhões. De acordo com a Agência Brasil, a medida é uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisa indícios de irregularidades na concorrência. O aviso de suspensão foi publicado no Diário Oficial da União. A licitação ficará suspensa até que o tribunal decida sobre o mérito da questão. A Secom informa que foi notificada e segue a decisão do TCU. "Cabe pontuar que suspensão não é cancelamento. Em relação à manifestação junto ao órgão, a Advocacia-Geral da União (AGU) está trabalhando nas devidas respostas, o que será feito dentro do prazo", ressalta. No último dia 10, o TCU analisou representação do Ministério Público que apontou indícios de quebra do sigilo das propostas técnicas das empresas licitantes.

Motoristas profissionais

A Portaria 612/2024 implementou novidades para empresas com motoristas profissionais. Além da realização de exames toxicológicos na ocasião da admissão e no desligamento, passa a ser obrigatório o exame periódico randômico e a inclusão das informações no eSocial. A medida visa aumentar a segurança no transporte rodoviário, com fiscalização e possíveis penalidades por não conformidade. Entre as alterações introduzidas, está a nova periodicidade dos exames, que além de serem necessários antes da admissão e no desligamento, também devem ser feitos periodicamente por meio de sistema de seleção randômica. A nova publicação revisa e amplia as disposições da Portaria 672 de 2021, introduzindo mudanças focadas na prevenção do uso de substâncias psicoativas.

FINANÇAS

BDMG bate novo recorde de desembolsos no 1º semestre

FOMENTO Operações de crédito do banco chegaram a R$ 1,42 bilhão, uma expansão de 31% frente ao mesmo período do ano passado, enquanto o volume de captação atingiu R$ 1,11 bilhão

MARA BIANCHETTI, Editora

EXCLUSIVO O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) encerrou o primeiro semestre com mais um recorde no desembolso de crédito. Ao todo, a instituição financeira emprestou R$ 1,42 bilhão, volume 31% superior ao mesmo período de 2023, quando as cifras somaram R$ 1,07 bilhão. Outro registro histórico alcançado pelo banco de fomento no período diz respeito ao volume inédito de captação, que chegou a R$ 1,11 bilhão.

Segundo o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, o montante equivale a quase 80% de todo o volume captado ao longo de 2023, de R$ 1,4 bilhão.

"Estamos maiores e melhores. Mas não estamos satisfeitos. Nunca estaremos. A orientação do governador Romeu Zema (Novo) é contribuirmos cada vez mais com as micro e pequenas empresas e também com as prefeituras. E é isso que temos perseguido, cumprindo à risca o mandato, trabalhando também pela qualificação dos nossos desembolsos, por meio do financiamento de investimentos que gerem renda e emprego para o Estado", disse o presidente em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio.

Prova disso, conforme o BDMG, é que, com os desembolsos dos seis primeiros meses de 2024, foi incentivada a geração de 34 mil empregos em Minas Gerais. No mesmo período, as empresas tomadoras de crédito acumularam cerca de R$ 2,5 bilhões em faturamento e geraram R$ 52 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para o Estado.

Tamanho é o círculo virtuoso que as taxas de inadimplência do banco também estão menores. Conforme o executivo, enquanto o mercado financeiro em geral apresenta níveis entre 2,8% e 3,7% de débitos em atraso, o banco de fomento de Minas vem apresentando, mês após mês, níveis próximos a 1%.

Setores - Na divisão por setores, todos os segmentos de negócios do banco alcançaram desempenho superior ao de 2023. No primeiro semestre, foram liberados R$ 244 milhões para as micro e pequenas empresas, crescimento de 32% em relação ao mesmo período do ano passado (R$ 185 milhões), por exemplo. Já para o setor público/prefeituras, o valor desembolsado foi de R$ 187,1 milhões alta de 77% versus os R$ 105,7 milhões dos primeiros seis meses de 2023.

Ao todo, incluindo setores público e privado, 475 cidades mineiras receberam crédito da instituição financeira. Isso significa presença em mais da metade das cidades do Estado somente no primeiro semestre.

"O banco tem crescido de forma relevante. Hoje já cobrimos quase 800 municípios do Estado por meio dos correspondentes, mas temos capacidade de atender a todos os 853", detalhou Viégas.

O presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, destaca o crescimento da capilaridade da instituição financeira no interior de Minas FOTO: DIVULGAÇÃO / BDMG

Isso tem permitido aumentar a capilaridade do BDMG no interior. É que, apesar do ano eleitoral, as prefeituras seguiram buscando crédito para obras municipais no período de janeiro a junho, fazendo com que os desembolsos para a área saltassem 77%, somando R$ 187,1 milhões. A título de comparação, no primeiro semestre de 2023 esse número chegou a R$ 105,7 milhões.

> **"Estamos maiores e melhores. Mas não estamos satisfeitos. Nunca estaremos. A orientação do governador Romeu Zema (Novo) é contribuirmos cada vez mais com as micro e pequenas empresas e também com as prefeituras"**
> Gabriel Viégas Neto

Recursos são canalizados para o desenvolvimento de 212 municípios mineiros

Ao todo, 212 municípios receberam crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no primeiro semestre, ou seja, um quarto das prefeituras mineiras. Os recursos foram destinados ao desenvolvimento de projetos e obras de infraestrutura, saneamento, iluminação pública, aquisição de equipamentos, entre outras.

"São iniciativas alinhadas à política do governo de Minas de levar desenvolvimento a todas as regiões do Estado. O resultado é o melhor dos últimos dez anos para a área de municípios do banco. O saldo é ainda mais significativo considerando que 2024 traz restrições legais para novas contratações em função das eleições", reforçou o presidente do banco, Gabriel Viégas.

O executivo também destacou a continuidade dos esforços para pulverizar as fontes de captação de recursos. Conforme ele, a meta é trazer um volume maior de capital externo. "E o nosso grande diferencial é que garantimos que todos esses recursos serão aplicados em Minas Gerais", frisou.

Questionado se a dívida do Estado com a União pode prejudicar, de alguma forma, os planos e as expectativas do banco, Viégas respondeu que "toda externalidade pode prejudicar ou atrapalhar". Mas garantiu que nada deixará de ser feito. "Ter um Estado com as finanças equilibradas ajuda no custo de captação, já que tem relação com as notas de riscos. Por isso, considero importantíssimo aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)", opinou.

Por fim, o presidente esclareceu sobre o encerramento das atividades do braço cultural do banco, o BDMG Cultural, em meados de abril. Primeiramente, o executivo falou que a decisão partiu do Conselho de Administração. Ele também destacou a premissa básica da instituição de fomento de prezar pela eficiência de suas operações.

"A medida foi tomada em cima da premissa eficiência, tendo como base gastos e orçamentos. E grande parte dos recursos destinados ao braço cultural era destinada à estrutura. Nossos recursos incentivados não deixarão de ir para os projetos. Estamos apenas trocando o meio e fazendo tudo de forma respeitosa com as pessoas, o acervo e a história, de maneira a tornar nossas destinações mais eficientes", concluiu. **(MB)**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Comitê independente da Americanas confirma fraude

São Paulo - A Americanas anunciou na noite da última terça-feira (16) que uma investigação de um comitê independente encontrou a fraude contábil que acabou levando a companhia de 95 anos a um fazer um dos maiores pedidos de recuperação judicial da história do Brasil em janeiro do ano passado.

A Polícia Federal está conduzindo uma investigação sobre a fraude de R$ 25,3 bilhões na Americanas.

"As evidências apresentadas pelo comitê confirmam a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC (verbas de propaganda cooperada) e por operações financeiras conhecidas como 'risco sacado', dentre outras operações fraudulentas e incorretamente refletidas no balanço da companhia", disse a Americanas em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A varejista disse que tomará as medidas necessárias para informar as autoridades sobre as conclusões do comitê independente. A Americanas também disse que "continuará colaborando integralmente com as investigações em curso".

O ex presidente-executivo da Americanas, Miguel Gutierrez, um dos principais alvos da investigação policial, foi brevemente preso em Madri no mês passado pela polícia espanhola antes de ser liberado. As autoridades brasileiras estão buscando sua extradição da Espanha, onde ele vive atualmente.

Anna Saicali, ex-executiva da Americanas envolvida na suposta fraude contábil, entregou seu passaporte à polícia, o que a impede de deixar o Brasil por enquanto.

Os advogados que representam Gutierrez e Saicali disseram em declarações separadas que seus clientes negam qualquer irregularidade e estão colaborando com a investigação.

A Americanas foi fundada em 1929 em Niterói (RJ) por um grupo que incluía empresários austríacos e norte-americanos.

Os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, adquiriram posteriormente uma participação dominante na empresa. Os três, que não foram citados na investigação policial, atualmente possuem cerca de 30% das ações e concordaram em colocar capital adicional para resgatar a empresa em dificuldades, o que vai elevar a parcela deles na companhia para 49,2% do capital social.

"Estou cético quanto ao futuro da Americanas, quanto à sustentabilidade de seu modelo de negócios", disse o consultor André Pimentel, sócio-gerente da Performa Partners, que trabalhou em uma reestruturação da Americanas no início dos anos 2000.

A empresa vem lutando há anos contra a concorrência feroz de rivais mais experientes na Internet, como o Mercado Livre; locais, como o Magazine Luiza, e mais recentemente contra grupos asiáticos como Aliexpress, Shopee e Shein. **(Reuters)**

CCJ do Senado adia a votação da PEC da autonomia do BC

AUTORIDADE MONETÁRIA Ministério da Fazenda abre negociações com parlamentares da comissão para mudanças na proposta para não afetar a meta de resultado primário

Brasília - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu adiar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) de autonomia financeira do Banco Central, defendida pelo presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

A partir da PEC, o Banco Central passaria de autarquia especial para empresa pública de natureza especial, o que daria maior poder sobre o próprio orçamento, como ocorre no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A proposta estava na pauta de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas a votação foi adiada diante da negociação aberta pelo Ministério da Fazenda e da incerteza dos dois lados sobre o placar.

Pouco antes da sessão de ontem, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), se reuniu com o relator da PEC, Plínio Valério (PSDB-AM), e o autor, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

A minuta apresentada pelo governo afirma que o BC "não se vincula aos sistemas da administração pública" e tem suas despesas custeadas por suas receitas próprias, "nelas incluídas as rendas de seus ativos financeiros".

Um dos artigos da proposta autoriza o BC a incluir em seu próprio orçamento despesas de pessoal, investimento, funcionamento, meio circulante (fornecimento de dinheiro em espécie à população) e custeio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), programa de seguro rural que hoje é bancado com subsídio do governo federal.

Isso respeitando as diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN), colegiado formado pelos ministros da Fazenda (Fernando Haddad) e do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet) e pelo presidente do BC.

Os gastos com pessoal e com o custeio do Proagro teriam limite estabelecido em lei complementar de iniciativa privada do Poder Executivo, segundo o documento.

A proposta do governo indica ainda que as despesas do orçamento da autoridade monetária não devem afetar nem a meta de resultado primário nem entrar na base de cálculo das despesas primárias relativas ao regime fiscal.

O relator da PEC, Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou que não tinha dúvidas que o debate seria "protelado" FOTO: SAULO CRUZ / AGÊNCIA SENADO

"As ponderações, reivindicações, são muitas do governo. Algumas pertinentes. Outras nem tanto. Então, eu não posso pegar essas sugestões e acatar ou não acatar"
Plínio Valério

CLT - A minuta também autoriza a autoridade monetária a contratar seus funcionários sob o regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), hoje o modelo é regido pelas normas do Regime Jurídico Único (RJU).

O relator reclamou de não ter sido procurado pelo governo antes e disse que Wagner apresentou uma série de modificações. Valério também afirmou que não tinha dúvidas de que o debate seria "protelado".

"As ponderações, reivindicações, são muitas do governo. Algumas pertinentes. Outras nem tanto. Então, eu não posso pegar essas sugestões agora, horas antes da reunião, e acatar ou não acatar", disse. **(Thaísa Oliveira e Nathalia Garcia/Folhapress)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		17/07/2024	16/07/2024	15/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4830	R$ 5,4280	R$ 5,4450
	VENDA	R$ 5,4830	R$ 5,4290	R$ 5,4450
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4664	R$ 5,4268	R$ 5,4557
	VENDA	R$ 5,4670	R$ 5,4274	R$ 5,4563
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5130	R$ 5,4580	R$ 5,4750
	VENDA	R$ 5,6930	R$ 5,6380	R$ 5,6550

Fonte: BC

Ouro

	17/07/2024	16/07/2024	15/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.458,69	US$ 2.468,84	US$ 2.422,03
BM&F-SP (g)	R$ 432,81	R$ 429,67	R$ 426,89

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

16/07.. US$ 361.913 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	-	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	-	1,61%	2,65%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	-	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	-	2,42%	3,34%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	-	2,27%	3,93%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	-	3,78%	6,04%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	16/07 a 16/08	0,0744	0,5748

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7798	0,7969
COLON/COSTA RICA	35	0,3534	0,3557
COLON/EL SALVADOR	40	0,01045	0,01055
COROA DINAMARQUESA	55	0,8011	0,8012
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03992	0,04002
COROA NORUEGUESA	65	0,5096	0,5099
COROA SUECA	70	0,5183	0,5185
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4882	1,4885
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6767	3,6782
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4664	5,467
DOLAR CANADENSE	165	3,9939	3,9955
DOLAR DA GUIANA	170	0,02597	0,02629
DOLAR CAYMAN	190	6,5466	6,6267
DOLAR CINGAPURA	195	4,0742	4,0771
DOLAR HONG KONG	205	0,7002	0,7003
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8008	0,8145
DOLAR DOS EUA	220	5,4664	5,467
FORINT/HUNGRIA	345	0,01529	0,0153
FRANCO SUICO	425	6,1795	6,1809
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007241	0,0007244
IENE	470	0,03491	0,03492
LIBRA/EGITO	535	0,1133	0,1135
LIBRA ESTERLINA	540	7,108	7,1109
LIBRA/LIBANO	560	0,000061	0,0000611
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004204	0,0004205
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1677	0,1679
NOVO SOL/PERU	660	1,4694	1,4703
PESO ARGENTINO	665	0,06541	0,06546
PESO CHILE	715	0,005916	0,005919
PESO/COLOMBIA	720	0,001365	0,001366
PESO/CUBA	725	0,2278	0,2278
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09192	0,09271
PESO/FILIPINAS	735	0,0938	0,09384
PESO/MEXICO	741	0,3079	0,3081
PESO/URUGUAIO	745	0,1361	0,1362
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7042	0,7061
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002595	0,002611
RENMINBI HONG KONG	796	0,7513	0,7514
RIAL/CATAR	800	1,4987	1,4996
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4574	1,4576
RINGGIT/MALASIA	828	1,1713	1,1732
RUBLO/RUSSIA	830	0,06169	0,06171
RUPIA/INDIA	860	0,06538	0,06543
WON COREIA SUL	930	0,003957	0,003959
EURO	978	5,9759	5,9776

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

04/07	0,01365218	3,04718375
05/07	0,01365271	3,04730130
06/07	0,01365297	3,04736086
07/07	0,01365297	3,04736086
08/07	0,01365297	3,04736086
09/07	0,01365340	3,04745588
10/07	0,01365397	3,04758326
11/07	0,01365452	3,04770553
12/07	0,01365512	3,04783887
13/07	0,01365539	3,04789967
14/07	0,01365539	3,04789967
15/07	0,01365539	3,04789967
16/07	0,01365582	3,04799543
17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052

Fonte: Fenaseg

TBF

11/07 a 11/08	0,8083
12/07 a 12/08	0,7714
13/07 a 13/08	0,7713
14/07 a 14/08	0,8082
15/07 a 15/08	0,8451
16/07 a 16/08	0,8453

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 19

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de junho/2024, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de junho/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987.
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Entidades Financeiras - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
PIS-Pasep - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 4574.
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Informe de Rendimentos Financeiros - PJ - Fornecimento, por instituições financeiras, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e demais fontes pagadoras, do Informe de Rendimentos Financeiros relativo ao 2º trimestre de 2024, aos seus clientes (pessoas jurídicas), exceto quando a fonte pagadora fornecer, mensalmente, comprovante com todas as informações (Instrução Normativa SRF nº 698/2006). Internet

Previdência Social (INSS) - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência junho/2024, devidas por empresas ou equiparadas, incluindo as contribuições:
- retidas sobre cessão de mão de obra ou empreitada;
- descontadas dos trabalhadores que lhe tenham prestado serviços;
- descontadas pelas cooperativas de trabalho, dos seus associados, como contribuintes individuais.
Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o recolhimento para o dia útil imediatamente anterior.
Notas:
1. Produção rural - Recolhimento - Veja Lei nº 8.212/1991, arts. 22-A, 22-B, 25, 25-A e 30, incisos III, IV e X a XIII e Lei nº 8.870/1994, art. 25.
2. As empresas que optaram pela contribuição previdenciária patronal básica sobre a receita bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011) devem ficar atentas à suspensão dos efeitos da prorrogação da desoneração da folha de pagamento, concedida em medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7633 (DJe 26.04.2024), com efeito "ex nunc" (não retroativo). A suspensão será mantida até que seja apresentada a avaliação do impacto orçamentário e financeiro da desoneração, ou até que seja julgado o mérito da ADIn. Em 20.05.2024, a liminar foi suspensa até 24.06.2024 (prazo de 60 dias contados de 26.04.2024 - data inicial de publicação da liminar no DJe), para que o Congresso Nacional e o Poder Executivo busquem uma solução consensual e seja analisado o Projeto de Lei do Senado nº 1847/2024. Com isso, fica mantida, neste prazo (até 60 dias), a possibilidade do recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento).
Darf

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em junho/2024 aos trabalhadores. Caso o dia 20 não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.

VARIEDADES

Cemitério do Bonfim: relíquia de BH que vai ser reformada

DIONE AS

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) lançou recentemente um edital para a contratação de empresa interessada em realizar a execução de obras para reforma e restauração do Cemitério do Bonfim, na região Noroeste da Capital. O equipamento municipal foi fundado em 1897, ano de criação do Curral del-Rei, que deu origem a Belo Horizonte, sendo, portanto, o mais antigo cemitério local ainda existente.

Segundo a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (Smobi), pasta responsável pelo edital de concorrência eletrônica, as intervenções compreendem: reforma e restauração de mureta interna e muro externo; reforma e restauração de vestiário; inclusão de instalações de canteiro, demolições, inclusão e demolição de estruturas de concreto, impermeabilizações, e instalações hidrossanitárias.

PBH lançou edital para contratação de empresa interessada em executar reforma no cemitério mais antigo da Capital FOTO: DIVULGAÇÃO / IEPHA

O valor teto estabelecido para a execução das obras é de R$ 3.395.132,30. Para o certame, as propostas comerciais dos licitantes devem respeitar esse limite orçamentário e cumprir o regime de empreitada por preço único. Já os recursos para o custeamento da obra serão provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro da Smobi.

A licitação vai considerar o menor preço, aferido de forma global entre as empresas interessadas. Para isso, serão aceitas pela PBH somente as propostas comerciais que forem enviadas até às 13h59 da próxima quinta-feira, 25 de julho de 2024. Já a abertura das propostas e sessão de lances se dará a partir das 14h do mesmo dia.

Os envios precisam ser realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico do governo federal (*www.gov.br/compras/pt-br*). A proposta deve indicar a validade, a qual será de, no mínimo 100 dias, a contar da data limite para entrega.

Conforme o regulamento do edital, após o certame, apenas o licitante vencedor será comunicado. Dessa forma, uma convocação será enviada de forma eletrônica contendo as informações para cadastro da empresa e avanço contratual.

> **"O equipamento municipal foi fundado em 1897, no ainda chamado Curral del-Rei, que deu origem a BH"**

Brasil apresenta ODS 18 à ONU

Rio de Janeiro - O Brasil, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), apresentou sua experiência na criação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 18, que se refere à igualdade étnico-racial. A apresentação ocorreu em um evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O secretário-geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, destacou o retorno do País à agenda internacional e seu protagonismo na defesa da democracia e no combate às desigualdades racial e étnica: "Estamos comprometidos com a construção de um mundo mais próspero para todos e que não deixe ninguém para trás. Não é possível que, em pleno século 21, pessoas ainda julguem seus pares a partir de seu tom de pele, traços físicos, gênero ou idade. Mais do que nunca, devemos lutar para que nossas diferenças sejam respeitadas e nossos direitos, assegurados."

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram em 2015 FOTO: JUAN SEGUI MORENO / FLICKR

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos em 2015 pela ONU e compõem uma agenda mundial para construir e implementar políticas públicas para guiar a humanidade até 2030. À época, eram 17 ODSs para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que todas as pessoas do mundo possam desfrutar de paz e de prosperidade. O 18° ODS é uma iniciativa brasileira.

A secretária-executiva do Ministério da Igualdade Racial, Roberta Eugênio, avaliou que tem sido ao mesmo tempo desafiador e gratificante participar do desenvolvimento do ODS de número 18: "Nosso país amadureceu para compreender que não é possível promover um desenvolvimento sem que haja a promoção da igualdade étnico-racial e o enfrentamento às distorções e iniquidades. É a ação coletiva que pode fazer avançar o combate à pobreza e às desigualdades."

Racismo - O ODS 18 é uma iniciativa voluntária do Brasil para colocar o combate ao racismo no centro dos esforços para o desenvolvimento sustentável e para o alcance da Agenda 2030. A iniciativa é liderada pela câmara temática da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e pelo Ministério da Igualdade Racial.

Como organismo de desenvolvimento da ONU, o Pnud desempenha um papel central no apoio aos países para cumprir os objetivos dos ODS. O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento da implementação da Agenda 2030.

Igualdade - Um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial tem se dedicado, desde o ano passado, à discussão e à elaboração de metas e indicadores para acompanhar e implementar o ODS 18 até 2030. O anúncio da iniciativa foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da Assembleia Geral da ONU em setembro passado.

Desde então, foram estabelecidas metas que serão incluídas no ODS 18, dentre elas estão: eliminar a discriminação étnico-racial no trabalho; eliminar as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes; garantir acesso ao Sistema de Justiça por pessoas negras e indígenas; promover memória, verdade e justiça para a população negra e indígena. **(ABr)**

Moda no Jardim Sensorial

Novos criadores vão participar, nesta quinta-feira (18), às 10 horas, do desfile Moda no Jardim Sensorial, que é uma ação do projeto Passarela da Liberdade, voltado para a moda mineira. É uma realização do governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e da Cemig, e da A.Criem (Associação dos Criadores e Estilistas de Minas Gerais). O objetivo da A.Criem é revelar nomes, previamente selecionados por edital, contribuindo para a renovação do mercado e engajamento de talentos no setor. A moda produzida em Minas tem reconhecimento nacional e internacional por seu estilo, contribuindo para a divulgação e fortalecimento na Economia Criativa no Estado. O desfile Moda no Jardim Sensorial será na Casa Dorada, em Belo Horizonte (rua Olímpio Assis, 26, Cidade Jardim) para convidados.

Festival de Vinhos

O Mercado Novo (avenida Olegário Maciel, 742, Centro - BH) abre suas portas para o primeiro Festival de Vinhos, que acontece deste sábado (20) a 17 de agosto, de sexta a domingo, prometendo agradar tanto os amantes do vinho quanto os iniciantes. Ele traz uma seleção especial de rótulos de vinhos do mundo todo, guiado por sommeliers, em um ambiente acolhedor com música e gastronomia harmonizada. Com mais de 200 rótulos de uvas provenientes de mais de 10 países diferentes, as taças terão preços a partir de R$ 20. Os amantes de um bom vinho vão vivenciar uma experiência única, com deliciosas opções gastronômicas para harmonizar com a bebida escolhida. Os ingressos para o Festival de Vinhos do Mercado Novo são gratuitos e estão disponíveis para retirada antecipada no site Ingresse.com. O link é: ingresse.com/*festival-de-vinhos-do-mercado-novo.*

Usiminas recebe homenagem

A Usiminas foi homenageada com uma menção honrosa durante o evento de celebração dos 80 anos do Parque Estadual do Rio Doce (Perd). A solenidade foi realizada no último domingo (14). A homenagem reconhece a parceria contínua da Usiminas com o parque, evidenciada por sua participação ativa no Conselho Consultivo e apoio constante às iniciativas de preservação ambiental. Na foto, da esquerda para direita, Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Breno Lasmar, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF); Vinícius de Assis Moreira, gerente do Perd; Tayná Yasmim Pereira Vieira Gomes, analista de Relações Institucionais da Usiminas.

FOTO: DIVULGAÇÃO / USIMINAS

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067